



Biblioteca Breve

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA
E O TRATADO DE TORDESILHAS

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

MANUEL FERNANDES COSTA

O Descobrimento da América e o Tratado de Tordesilhas



MINISTÉRIO DA CULTURA E DA CIÊNCIA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Título

O descobrimento da América e o Tratado de Tordesilhas

Biblioteca Breve / Volume 46

Instituto de Cultura Portuguesa
Secretaria de Estado da Cultura
Ministério da Cultura e da Ciência

© *Instituto de Cultura Portuguesa*

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

1.^a edição — 1979

Composto e impresso

nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda Nova - Amadora — Portugal
Janeiro de 1979

ÍNDICE

	Pág.
I — As explorações no Atlântico no tempo de D. João II	6
II — Colombo e o Descobrimento das Antilhas em 1492.....	26
III — O Tratado de Tordesilhas	45
IV — Os Portugueses Rumo ao Oriente	78
NOTAS	96
BIBLIOGRAFIA	110

I / AS EXPLORAÇÕES NO ATLÂNTICO NO TEMPO DE D. JOÃO II

1 — *A COROA PORTUGUESA COMEÇA A INTERESSAR-SE
DIRECTAMENTE PELA EXPANSÃO*

A carta régia de D. Afonso V, de 4 de Maio de 1481,¹ atribuía ao príncipe D. João o encargo dos *«feitos das partes da Guiné e investigação dos mares, terras e gentes e cousas deles»*, desde 31 de Agosto de 1474. De então, e até aquela data, o príncipe deu, por si e pelos seus oficiais, *«muito boa ordem à navegação e governou a Guiné muito bem»*.

Já em 8 de Fevereiro de 1472 a Coroa limitara os privilégios que o infante D. Fernando concedera aos moradores da ilha de S. Miguel, reduzindo-lhes as áreas onde podiam ir «resgatar». Pouco tempo depois, proibiu-se aos particulares armarem navios para viagens de longo curso, sem licença régia, e pelo casamento de D. João com D. Leonor, filha do infante D. Fernando, passou para a Coroa o dote desta: a ilha da Madeira e a cidade de Lagos, importante centro de tráfego com a Guiné.

As medidas apontadas revelam-nos que a Coroa ia chamando a si, gradualmente, a vasta empresa dos descobrimentos, porque reconheceu a sua importância e possibilidades económicas e estratégicas.

Note-se que é também desta data — 25 de Junho de 1474 — a carta de Toscanelli para o cónego Fernão

Martins onde, a pedido do rei de Portugal, mas certamente por sugestão do príncipe herdeiro, se indicava o caminho mais curto para a Índia: o da travessia do Atlântico com escala na ilha das Sete Cidades. Segundo Jaime Cortesão, as conversações entre Toscanelli e Fernão Martins datam de meados de 1459, quando o florentino emprestou o seu «mappa-mondo grande, storiato e compiuto di tutto» que mostrou «a certi ambasciatori del Rei de Portogallo»². Como se infere da data apontada, pertenceu ainda ao infante D. Henrique a iniciativa dos primeiros contactos com Toscanelli.

Conhece-se uma carta régia de 1473 que comina medidas severas contra a ingerência de comerciantes estrangeiros nas terras e mares da Guiné, designadamente andaluzes. Os capitães dos navios portugueses enviados à Guiné deviam combater os navios estrangeiros que ali encontrassem e, se saíssem vencedores, não lhes era permitido fazer prisioneiros. Estes deveriam ser deitados ao mar para morrerem logo *naturalmente* e não era lícito trazê-los para Portugal nem levá-los para quaisquer outros portos, para que o castigo servisse de exemplo aos que dele soubessem.

Fora proibida a vinda de conchas de Cabo Verde ou de outras partes para Portugal e aos naturais e estrangeiros que carregassem algodões para a Berbéria, medidas que visavam reforçar o monopólio da Coroa, no capítulo do comércio ultramarino³.

Esta política — como a notável acção diplomática para se alcançar do Papado uma maior soma de concessões e privilégios, e a partir de 1480 o Tratado das Alcáçovas — consagrou definitivamente o princípio do «mare clausum», respeitado pela comunidade internacional durante cerca de

50 anos, período suficiente a Portugal para atingir os seus objectivos no campo das navegações e descobrimentos.

Em 1475 dobrou-se o Cabo de Santa Catarina e, na década seguinte, Diogo Cão, em duas viagens sucessivas, ultrapassou o trópico de Capricórnio, como testemunha o padrão encontrado, no século XIX, em Cape Cross, a 21° 50' de lat. S. Nele se lê: «Era da criação do mundo de B^mB^jeLXXXB e de xpto de IIIIeLXXXB o eycelente esclarecido rei dom J° S° de Portugal mandou descobrir esta terra e poer este padrom por D° Cão cav° de sua casa».

D. João II foi aclamado rei em Sintra, a 31 de Agosto de 1481. O plano que traçara como responsável pelos descobrimentos prosseguiu. Mandou, pouco depois, Rodrigo Reinel numa viagem por terra, a partir de Arguim, ao interior do Sara 70 léguas, com o fim de ali estabelecer um entreposto, no oásis de Wadan. Sabemos que Reinel subiu o Senegal, até à catarata de Felu, e o Gâmbia, até às quedas de Barraconda. Estabeleceu-se contacto frutuoso com os reinos de Jalofó e de Tocolor, frequentaram-se os mercados de Jenné, nas terras dos Songai, as feiras de Koro, na Costa do Marfim, e chegou-se até Tombuctu.

Pero Vaz da Cunha, o Bisagudo, foi investido no comando de uma frota e encarregado de construir um forte no Senegal. Visitaram-se numerosas terras e estreitaram-se contactos com as populações negras que as habitavam, desde a região de Cabo Verde até ao Alto Niger. Estabeleceram-se relações comerciais com o Benim, graças à audácia de João Afonso de Aveiro, e o seu rei, nosso aliado, enviou um seu embaixador, «homem de bõo repouso»⁴.

Portanto, no curto espaço de tempo, que vai de 1481 até 1485, não só se desvendou a costa africana em profundidade mas também por toda a parte se instalaram agentes portugueses, desde a costa até às margens do Mar Vermelho. Estes mandavam constantes relatos das suas actividades ao rei de Portugal. Certos desses agentes eram berberes, árabes, judeus ou levantinos, mas todos serviam lealmente D. João II.

2 — *A POLÍTICA CASTELHANA DE EXPANSÃO*

E o que se passa em Castela? A união das coroas castelhana e aragonesa lançou a perturbação na política europeia, embora não se tenham empreendido, por parte dos soberanos afectados pelo novo equilíbrio de forças, quaisquer acções decisivas que a contrariassem, porque a França vivia um período de sublevação interna e Portugal virara-se para a expansão marítima.

D. Isabel, com os seus principais magnates, ia preparando a hegemonia de Castela, a que D. Fernando, embora aragonês, se acomodou. Esta política viria permitir a formação da Espanha, não sem o veemente protesto de Portugal, considerado também terra de Espanha. Sentia-se que a nova designação escondia uma finalidade hegemónica com a qual o Rei não se podia conformar. Logo se manifestou a tendência centralizadora castelhana quando se decidiu que o título de rei de Castela e de Leão precederia o de rei de Aragão e da Sicília, bem como as insígnias e as armas dos primeiros precederiam os dos segundos. No campo das instituições e da administração não foi tão rápida a fusão, mas gradual e quasi insensível. Não é correcto portanto falar-se, desde o

primeiro momento da união castelhana-aragonesa, em unidade conseguida somente por força do casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela. Assemelhou-se a situação inicial à que resultaria mais tarde nas uniões pessoais de Estados, mas, neste caso, um deles, graças a uma posição geográfica privilegiada na península e à política assimiladora do seu soberano (a que o de Aragão se prestou com complacência), absorveria o outro.

Inicialmente também, e por força dessa tendência, os Reis Católicos viram-se a braços com problemas internos de muito difícil solução: a insubmissão da nobreza, a falta de paz e de ordem, e, a estimular as decaídas forças morais e económicas de Castela, o termo da Reconquista de Granada, as ambições francesas no Mediterrâneo e a intervenção na Itália, a expulsão dos judeus, a Inquisição, etc.

Um dos meios mais eficientes na solução destes problemas está nas Cortes de Castela, sobretudo as que reuniram em Madrigal, em 1476, e em Toledo, em 1480; mas, alcançados os seus fins, os Reis Católicos deixaram de as convocar com a mesma frequência, e quando o faziam via-se que elas acabavam por se vergar perante a vontade férrea dos soberanos.

Ao nosso fim pouco importa referir a conquista de Granada, em 1492. Concluir-se-á, contudo, que representou a culminação de uma série de conquistas e o início de uma nova fase da expansão castelhana em África, mais ambiciosa e vasta, e de iniciativas além-Atlântico, graças, neste caso, à actividade dos pilotos andaluzes e de um aventureiro genovês: Cristóvão Colombo.

Também Portugal pensara conquistar Granada, tinha entre os seus planos uma campanha ambiciosa no norte de África e mandara os seus navegadores explorar o

Atlântico. Tal coincidência de fins determinaria necessariamente zonas de atrito entre os dois países.

D. João II, embora menos interessado em Marrocos do que os seus antecessores, não só não deixou de se intitular Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar, mas defendeu as praças fortes de Ceuta, Tânger, Alcácer-Ceguer, e Arzila, bases necessárias para a defesa das armadas que frequentavam os mares da Guiné e da Mina. Pensou o rei libertar Arzila da pressão dos mouros, poderosamente instalados em Alcácer-Quibir, mandando construir uma fortaleza em Graciosa «sem conselho e contra conselho», como relatou Rui de Pina ⁵, e em 1486 solicitou do papa nova bula de Cruzada. O rei não esperava, decerto, que o tratado das Alcáçovas fizesse abandonar a Castela a sua determinação de novos empreendimentos no Atlântico, até porque os Reis Católicos tinham que dar satisfação às influências de magnates e comerciantes andaluzes e necessitavam da cooperação dos ricos mercadores italianos estabelecidos ou com interesses em Sevilha. Mas pensava dissuadir os rivais e combater as suas tendências construindo bases em pontos estratégicos adequados. Tal é o caso da fortaleza-feitoria que mandou erguer, por Diogo da Azambuja, na Mina, junto da qual se construiu uma igreja votada a S. Jorge.

3 — A POLÍTICA PORTUGUESA DE SIGILO E INFORMAÇÃO

São, a partir desta época, cada vez em maior número os indícios de uma hábil política que acertadamente se poderia denominar de *sigilo e de informação*, de que o

saboroso episódio revelado por Resende, na «Crónica», é bem revelador. Pêro de Alenquer afirmava na Corte que era possível regressar, com urcas, da costa da Guiné, e o rei sustentava que o retorno só era possível às magníficas caravelas portuguesas. Repreendeu-o o rei e mandou-o calar. Mas depois chamou-o e particularmente pediu perdão ao seu melhor piloto porque este tinha razão mas não convinha que divulgasse um parecer que era contrário aos interesses nacionais. Empregou D. João II esta frase: «A hum vilão peço não ha cousa que lhe pareça que fará e em fim não fas nada!»⁶

Rodeavam o rei cosmógrafos e matemáticos dos melhores do tempo na Europa e há rastros de que por essa altura se realizaram expedições científicas no Atlântico cujos resultados foram conservados secretos. A moderna investigação histórica considera impossível que se realizassem certos descobrimentos sem a existência de um cabedal de conhecimentos adequados que só a investigação e a experiência facultariam.

4 — *CONFLITO LUSO-CASTELHANO PELA POSSE DO ATLÂNTICO*

Entre Castela e Portugal desenrolou-se uma luta surda que, no Atlântico, tinha por cenário a faixa costeira africana de Marrocos à Guiné e o arquipélago das Canárias.

Em 1479, os Reis Católicos haviam ordenado um sistema de comboios para a navegação atlântica. Sabe-se que então prepararam uma expedição de 20 caravelas para ir à mina da Guiné. Esta expedição apresou uma caravela de Portugal. Várias outras viagens castelhanas se

realizaram em 1480 e então são os portugueses que se apoderaram de três caravelas castelhanas. D. João II organizou uma expedição punitiva dirigida por Jorge Corrêa e Mem Palha que actuou enquanto se concluía o tratado das Alcáçovas.

Embora podendo conceber-se que contra-vontade, os Reis Católicos, em muitos casos, devolviam a D. João II o valor das mercadorias que as suas caravelas ilegitimamente arrecadavam na Guiné. Numa tentativa de disciplinar o comércio, chegaram a centralizar, a partir de 1486, em Puerto Real, os serviços de percepção dos quintos que lhes competiam no tráfego.

Em 1482 os Reis Católicos concederam cartas de seguros aos que iam comerciar, em navios, na Berbéria, com ouro, anil, couros, etc., centralizando-se, mais tarde, durante o litígio com Portugal, o comércio com aquele território africano no porto de Cadiz.

Outros factos mais graves, porém, há a apontar, que certificam a falta de respeito pelo tratado das Alcáçovas, por parte de Castela. O duque de Medina Sidónia, cujos interesses na costa da Guiné e nas Canárias poderiam ser lesados, tentou encontrar intermediários ingleses, em Londres, que servissem os seus desígnios na costa da Guiné. Prontamente, uma embaixada portuguesa foi mandada a Londres, interferindo outra, como é nossa suposição, junto dos Reis Católicos. Conseguiu-se frustrar mais esta tentativa castelhana.

Não deve ser alheia a estas maquinações do duque de Medina Sidónia a prisão, na Torre de Londres, do conde de Penamacor. O conde mostrara-se hostil à política centralizadora de D. João II e homiziara-se em Inglaterra. Daí dirigia ataques a D. João II e propunha-se prejudicar os interesses portugueses, justamente no

ponto em que eram mais sensíveis ao seu Rei: o tráfego da Guiné. Não se fez esperar a actuação real. Embora não conseguindo a sua extradição, obteve-se do rei de Inglaterra que o conde fosse preso.

Data de 1482 o lamentável episódio da conspiração, contra D. João II, do duque de Bragança com os Reis Católicos. Falta-nos, infelizmente, a maior parte dos documentos, sem os quais se não pode fazer completa luz sobre todos os aspectos da conspiração. No entanto, pelos documentos existentes, pode-se concluir que o «pacto secreto» entre o duque de Bragança e D. Fernando e D. Isabel girava em volta dos interesses castelhanos na Guiné. Apelava o duque para a intervenção castelhana a favor da sua subida ao trono, propondo, como contrapartida, a anulação de parte do tratado das Alcáçovas. Era herdeiro da Casa de Avis o príncipe D. Afonso e o duque de Bragança o seu sucessor. O príncipe estava em Moura, nas «terçarias»⁷, entregue a D. Isabel, também da Casa de Bragança. Se D. Afonso morresse ou fosse eliminado...

Também assim pensou mais tarde o duque de Viseu, outro poderoso inimigo de D. João II, ao preparar um atentado contra o rei. Fariam coroar D. Afonso, e, seguidamente, eliminá-lo-iam. O interesse do Rei em desfazer as terçarias está, portanto, ligado ao temor de que o filho fosse assassinado pelos seus adversários. Enquanto não conseguiu o seu objectivo, apelou para a «Excelente Senhora»⁸ mantendo em respeito a ameaça castelhana.

A troca de correspondência do duque de Bragança com os Reis Católicos data de 1480, depois da subida ao trono de D. João, e vai até 1482, delineando-se o plano a pouco e pouco. Chegou até a preparar-se um encontro entre o duque e os Reis Católicos. O próprio chanceler-mor, D.

Álvaro, irmão do duque de Bragança, embora não intervindo na conspiração, sabe-se que a conhecia mas não a denunciava porque tinha ressentimentos contra o seu soberano. Pensa-se que o pedido formulado pelos embaixadores, barão do Alvito e Rui de Pina, para que desfizessem as terçarias, encontrou em D. Isabel eco desfavorável, por pressões dos Braganças. A sua intervenção foi ao ponto de se preocuparem com a sorte da amante de D. João II, Ana de Mendonça, e de desejarem que D. Jorge, o filho adúlterino, fosse criado com muita simplicidade, sem conhecer as suas origens.

D. João II preparava-se, entretanto, para um conflito, mandando fortificar a fronteira portuguesa e tratando do casamento da «Excelente Senhora» com o rei Febo de Navarra, na esperança de encontrar um aliado contra os castelhanos. Enquanto se negociava com Castela sobre a anulação das terçarias, acompanhava-se a correspondência do duque com os Reis Católicos. Insistia o duque para que se não desfizessem e para que os Reis Católicos se mostrassem interessados em rever a situação da Guiné, considerando o mar aberto a todos os mercadores. Finalmente acordou-se no desfazer das terçarias para depois da Páscoa, pondo-se de parte o projectado casamento dos infantes D. Afonso com D. Isabel. Estava-se em 1483.

Entretanto o marquês de Montemor escreveu aos Reis Católicos a oferecer-lhes o trono de Portugal, que de direito lhes pertencia, e a prometer-lhes o auxílio dos portugueses⁹.

Os duques de Bragança e de Viseu, este na corte de Castela, não deixavam de trocar cartas muito comprometedoras, mas de todas elas tinha conhecimento D. João II pelo seu bem montado serviço de espionagem.

Este era tão perfeito que os embaixadores portugueses em Castela, por meio de constante correspondência, sabiam o que se iria passar e tinham instruções sobre as respostas que deviam dar, o que muito admirava os Reis Católicos.

Conhece-se a reunião dos Braganças e seus adeptos no mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, junto de Évora, o compromisso de auxílio mútuo e a proposta do marquês de Montemor de pedir aos reis castelhanos 4000 lanças para auxiliarem os nobres portugueses a matar o rei e o príncipe e a conseguir os seus fins. Nessa reunião esteve presente o próprio chanceler D. Álvaro, sem que ficasse posto o Rei de sobreaviso ¹⁰.

Sabe-se também que os Reis Católicos mandaram um enviado ao duque de Bragança, para tratar e conhecer a sua opinião sobre os seguintes assuntos que iriam ser apresentados a D. João II:

a) Situação de D. Joana, que devia ser entregue à guarda do duque de Bragança.

b) A revisão do tratado das Alcáçovas, no que respeitava à Guiné.

A não satisfação destas exigências implicaria, certamente, uma nova guerra e nela os duques de Bragança, o de Viseu e os seus partidários tomariam posição ao lado dos Reis Católicos contra D. João II.

Logo que foram desfeitas as terçarias e antes que os Reis Católicos pudessem apresentar tais exigências, D. João II mandou prender o duque de Bragança, em 29 de Maio de 1483 ¹¹. Julgou-o e condenou-o à morte, sendo executado, em Évora, a 20 de Junho do mesmo ano ¹².

A tensão luso-castelhana só viria a desfazer-se com a proposta de D. João II do casamento de D. Afonso com D. Isabel, herdeira da coroa castelhano-aragonesa, em 1490. Este casamento documenta a preocupação régia

com a Expansão. Atentemos que as negociações tiveram lugar entre a 1.ª entrevista, em Abril de 1486, de Colombo com os Reis Católicos e o ano de 1490, e que, neste intervalo de tempo, a coroa castelhana sempre negou auxílio ao genovês.

5 — O ESPAÇO ATLÁNTICO ONDE SE DESENNROLOU
A ACÇÃO DE D. JOÃO II

Vejamos agora, também sucintamente, as razões que temos para nos convenceremos de que foram vastas as explorações no Atlântico, nesta época.

No capítulo XIX da *Crónica de D. João II* há um passo que nos faz meditar sobre o problema dos descobrimentos de terras do outro lado do Atlântico. Diz Rui de Pina:

«... e primeiramente se intitulou, e chamou o primeiro, Senhor de Guinee, inserto em seu titulo nesta maneyra: Dom Joham por graça de Deos, Rey de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'alem mar, em Africa, e Senhor de Guinee. E por pelas Doações, e concessões Apostólicas, que os Reys seus antecessores tynham do dicto Senhorio, bem, e legitimamente se poderam delle tambem intitolar: mas porque em seus dias, e atee no tempo d'ElRey, foy Guinee cousa muy pequena, e de pouca estima, para Reys della se intitolarem, ho leixaram porventura de fazer»¹³. Parece ter sido a partir de 1485 que o Rei se intitulou *Senhor de Guinee*, englobando a ideia do senhorio da Guiné não só a posse das terras e do comércio, mas também dos mares. Como nas cartas mais antigas que se conhecem, onde se assinala o Nordeste Brasileiro, este se projecta para o continente africano, formando como que um

estreito canal entre a África e o Brasil, a designação genérica de Guiné engloba as terras que bordam esse *canal*. E se até D. João II a Guiné era coisa tão pequena e de tão pouco interesse que os seus antecessores não reivindicaram o seu senhorio, a reivindicação deveu-se a ter esta cada vez maior interesse para Portugal, tornando-se os seus mares, terras e riquezas, dignos das atenções régias. Conjugando, portanto, o que se diz no trecho transcrito com a declaração de D. João II a Colombo de que a Portugal pertencia o descobrimento, pois se havia feito no senhorio da Guiné, embora o genovês afirmasse que regressava de Cipango e da Antília, podemos concluir da vastidão dos conhecimentos geográficos portugueses, nomeadamente no Atlântico, e que teriam sido adquiridos nas décadas de 1430 a 1480.

As cartas régias, de 3 de Março, 24 de Julho e 4 de Agosto de 1486, para Fernão Dulmo, capitão da Terceira, permitem-nos adiantar que este recebeu de D. João II a doação das terras que à sua custa descobrira e que poderia ainda vir a descobrir, e que, na impossibilidade de levar por diante a empresa com os recursos próprios, se associou ao madeirense João Afonso do Estreito para novos cometimentos. Note-se que as doações são posteriores à proposta de Colombo. Na expedição deveria seguir Martinho da Boémia. A concessão era válida por dois anos e prometia-se aos concessionários «o título de honra que a nós parece sem razão», mas reservava-se para a Coroa o dízimo das rendas e direitos. Se se verificasse oposição aos descobridores por parte dos nativos, D. João II auxiliaria os descobridores a conquistá-las. Dulmo mostrava-se tão conhecedor da existência das novas terras que marcava o prazo de 40

dias, após a partida dos Açores, para as atingir, devendo iniciar a sua viagem em Abril ¹⁴.

Estes documentos permitem as seguintes conclusões:

1.º — A recusa de D. João II em patrocinar Colombo não se deveu ao facto de não acreditar que se podiam encontrar terras além-Atlântico, pois na mesma altura ilhéus dos Açores e da Madeira recebiam facilidades do rei para uma empresa semelhante à que fora proposta por Colombo.

2.º — As exigências dos concessionários foram menores que as do genovês, o que demonstra que o rei não abria mão de regalias relativamente a terras cujo senhorio tinha por certo, embora ainda não tivesse mandado ocupá-las.

3.º — Sabia-se que as novas terras eram vastas e povoadas.

4.º — Escolhia-se a altura mais favorável do ano para o empreendimento.

No mesmo ano em que Colombo partia para as Antilhas, na sua primeira viagem, Pedro de Barcelos e João Fernandes Lavrador, a partir da Terceira, descobriam terras a ocidente, no próprio continente americano. Dos resultados destas viagens falamos três preciosos documentos:

a) Um mapa da Biblioteca Oliveriana de Pesara, de 1501.

b) Um mapa da Biblioteca Ducal de Wolfenbuttel, de 1534.

c) Um manuscrito de Alonso de Santa Cruz, o «Islário General».

Nesses mapas lê-se a seguinte legenda: «Tierra del Labrador, La qual fue descubierta por los ingleses de la villa de Bristol, y porque el que dió el aviso era labrador de las islas de los Açores le quedó este nombre.»

No «Islário» lê-se: «Fue dicha tierra del Labrador porque dio della aviso y indicio um labrador de las islas de los Açores al Rey de Inglaterra, quando él la envió a descobrir por António Gaboto, piloto inglês y padre de Sebastián Gaboto, piloto açor que fué de vuestra magestad.»

Convém registar que os marinheiros de Bristol, desde 1491, procuravam a ilha das Sete Cidades, mas que a Terra Nova só em 1497 foi encontrada por Cabot, guiado pelas informações fornecidas pelo verdadeiro descobridor de 1492, João Fernandes Lavrador. Essa viagem de João Fernandes teria durado cerca de três anos e a ela se refere uma carta de doação de D. Manuel, de 1508, a Diogo de Barcelos, em atenção aos serviços do seu pai «na armação e descobrimento da parte do norte».

«Entrevista a terra das Sete Cidades em 1452, já com toda a probabilidade em 1475 se conhecia concretamente a sua existência. Cerca de 1476 ligava-se esse conhecimento ao da Gronelândia: em 1486 existia já a noção de continentalidade dessa vasta região, confirmada em 1491 e 1494 pelas viagens de Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador.»¹⁵

Têm sido debatidas largamente estas viagens, radicando-se cada vez mais no espírito dos estudiosos, à medida que novas achegas se recolhem, que aquilo que há anos era apenas hipótese é hoje uma certeza.

Quanto à prioridade do descobrimento português da América do Sul, consideremos que na carta que em 1500 Mestre João escreveu a D. Manuel, a anunciar-lhe o descobrimento do Brasil se lê:

«Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que tem Pêro Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas

aquele mapa mundi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa antigo e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina.»¹⁶

Já nos referimos a Pero Vaz Bisagudo em capítulo anterior, homem de confiança de D. João II que fora a mandado do monarca erigir uma fortaleza na foz do Senegal.

Não seria, decerto, à carta de Andrea Bianco que Mestre José Vizinho se referia e onde se inseriu a «ixola otintincha» por alturas do cabo de S. Roque, pois Pedro Álvares Cabral atingiu Porto Seguro numa latitude muito mais ao sul, como logo então se assinalou. Temos de admitir o conhecimento da costa, em uma vasta extensão, em tempos de D. João II.

No estabelecimento da data da viagem ao Brasil, pode-se indicar a década de 1470, entre outras razões pelas referências que fazemos:

a) A época do estabelecimento de Bisagudo na Mina.

b) Carta régia, de 19 de Outubro de 1479, acerca dos resgates. Nela se indicavam os produtos vedados ao comércio dos particulares e que ficavam no monopólio régio: alguns deles não existiam sequer no continente africano, mas somente no Brasil, sendo durante muitos anos os mais importantes objectos de tráfego, tais como pedras preciosas, o pau-brasil, a goma-laca e as tintas do anil ou alacre.

Muitos documentos atestam as viagens pré-colombinas dos portugueses às terras situadas além-Atlântico. Outros, apenas indícios dessas terras.

Em 1482, Diogo Cão, com uma frota, visitava as costas de África até ao cabo de S. Maria, onde se colocou o padrão de S. Agostinho, a dar-se fé na legenda do padrão:

«Na era da criação do mundo de 6681 e do nascimento de Nosso Senhor Jesus de 1482 anos, o mui alto, mui excelente e poderoso príncipe, el-rei D. João II de Portugal, mandou descobrir esta terra e pôr estes padrões por Diogo Cão, escudeiro da sua casa.»¹⁷

No Cabo Cross há outro padrão, cuja legenda atrás se lê, respeitante à viagem de 1485.

Portanto, podem dar-se por certas duas viagens de Diogo Cão, uma em 1482 e outra em 1485, e de Diogo Cão ou de Bartolomeu Dias, em 1486 ou 1487 e uma iniciada em 1491/2 e de que a frota regressou em 1492/3.

Por Las Casas sabe-se que Bartolomeu Dias chegou a Lisboa depois de uma viagem em que comandou 3 caravelas de descobrimentos, em 1488. Assim, ou se admitem duas viagens no mesmo ano, de Diogo Cão e Bartolomeu Dias, ou a de 1487/88 não foi realizada por Diogo Cão mas por Bartolomeu Dias. Nesta viagem se teria descoberto o Cabo da Boa Esperança. Na frota de 1491/2 decerto o comando foi de Bartolomeu Dias e nela regressaram ao Congo os nativos, que se sabe terem sido baptizados, em Beja, em princípios de 1489.

Há porém, uma dúvida: o não cumprimento do prazo de 15 luas para a devolução dos negros do Congo, pois no testemunho dos cronistas o prazo parece ter sido cumprido e respeitada a vida dos portugueses que se encontravam no Congo. No entanto, tal dificuldade não nos parece insuperável, a ter-se em conta que está demonstrado que se fizeram mais navegações de longo

curso, que os nossos cronistas não referem, no Atlântico Sul e no Índico, além das de 1482, 1485, 1486/7 e 1491/2, mesmo sem ter em conta as viagens, por terra, de Pêro da Covilhã e de Afonso Paiva, à Índia e à Costa Oriental de África. E neles teriam sido capitães-mores Diogo Cão, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, ou talvez, melhor, seu pai Estêvão da Gama.

Estes são aspectos que a moderna historiografia dos descobrimentos não pode ignorar, se desejar um entendimento perfeito da recusa de D. João II em tomar ao seu serviço Cristóvão Colombo, e da aceitação dos Reis Católicos.

7 — *OUTRAS VIAGENS AO ÍNDICO*

O «Roteiro de Sofala», do piloto árabe de Vasco da Gama, Ibn-Madjid, que o prof. Chumovsky estudou, bem como Costa Brochado, dá-nos conta, entre outros problemas, da viagem à África Oriental, pelo mar, de portugueses, depois de terem atingido por terra a Abissínia¹⁸.

Essa viagem, ou viagens, destinava-se a instruir os nossos navegadores sobre as condições de navegação naqueles mares, pois da Índia eram já suficientes os informes de carácter geo-político e comercial.

A viagem de Bartolomeu Dias, de 1487, foi conjugada com a viagem, por terra, de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva. Aquele, aventureiro e conhecedor do árabe, servira o duque de Medina Sidónia em Castela, acompanhara D. Afonso V a França e fora embaixador em Marrocos, concluindo tratados com o rei de Tlemcen. Partem de Santarém os emissários, em 7 de Maio de 1487, e de

Barcelona embarcam para Nápoles. Segue-se-lhes o rasto por Rodes, Alexandria, Cairo e Adem, onde se verifica a separação dos dois enviados. Pêro da Covilhã embarcou para a Índia e Afonso de Paiva seguiu para a Etiópia. O primeiro desembarcou em Cananor, esteve em Calicut e em Goa, em Madagáscar e em Sofala, no continente africano. No regresso visitou Ormuz, tornou a Adem e encontrou-se com Afonso de Paiva no Cairo, onde foram procurados pelos judeus Rabi Abraão, de Beja, e Joseph, sapateiro de Lamego, mensageiros do Rei. Transmitiram-lhe as instruções de D. João II e receberam uma carta com informações colhidas das terras visitadas, nomeadamente Sofala, Calicute e Etiópia. Sabe-se que depois de deambular pelo Oriente, em 1494, Pêro da Covilhã chegou à Etiópia. Assim, D. João II, em 1491, conhecia, por Bartolomeu Dias e Pêro da Covilhã, os contornos de África e os segredos de navegação do Índico, e a tarefa que lhe faltava completar era a de preparar uma frota com bons navios e pilotos que empreendessem a viagem.

João de Barros dá-nos conta de que, antes de falecer, o Rei preparou uma armada para descobrir a Índia e indicara para seu capitão-mor o pai de Vasco da Gama ¹⁹. Esta passagem do cronista também concorda com a do «Roteiro» de Ibn Madjid, que diz terem naufragado navios portugueses, em 1494/5, diante de Sofala, e que esses navios andavam no mar havia dois anos, portanto desde 1492/3 ²⁰. Que essa expedição se efectuou, é fora de dúvida, pois Ibn Madjid relatou pormenorizadamente as dificuldades de navegação na zona de Sofala, zona que Vasco da Gama cuidadosamente evitou na sua viagem de 1498.

Costa Brochado, estudando o problema exaustivamente concluiu ²¹:

«De qualquer maneira, porém, que as coisas se tenham passado, é por nós ponto assente, depois das revelações do «Roteiro» de Ibn Madjid, que a navegação no Índico, desde o Cabo da Boa Esperança até Melinde, foi objecto de longas explorações e estudos, tanto por mar como por terra, no período que medeia entre as viagens de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama.» Três nomes certos de capitães nos surgem desde a primeira viagem de Diogo Cão à de Vasco da Gama, de 1498. Admite-se, porém, um outro nome: Estêvão da Gama ²².

Estabeleçamos, portanto, uma cronologia de viagens, a partir de 1482, segundo o que se pode deduzir dos cronistas:

- 1482 — Diogo Cão empreendeu uma viagem à costa sul de África.
- 1484 — Um navegador português chegou perto do Promontório Prasso.
- 1485 — Diogo Cão visitou a costa de Angola e chegou ao Sudoeste Africano.
- 1486 — Nova viagem ao sul de África.
- 1488 — Bartolomeu Dias atingiu o Índico.
- 1491/2 — Nova viagem portuguesa ao extremo sul de África.
- 1494/5 — Numa viagem de Estêvão da Gama (?) atingiu-se Sofala.

II / COLOMBO E O DESCOBRIMENTO DAS ANTILHAS EM 1492

1 — *ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS DO ALMIRANTE DO MAR OCEANO*

As múltiplas fontes para o conhecimento das viagens de Cristóvão Colombo contêm dados muito discutíveis, não fornecendo sequer um conhecimento exacto do homem. Se o seu passado é nebuloso, até 1492, por falta de fontes, os documentos posteriores pouco mais nos esclarecem sobre os antecedentes e mesmo sobre alguns acontecimentos importantes depois dessa data. Não se pretende traçar uma biografia do navegador, mas algo dizer sobre ele, na medida em que qualquer obra é fruto de uma personalidade. Segundo concorda a maioria dos investigadores, nasceu Cristóvão Colombo, em Génova, no segundo semestre de 1451, filho de uma família pobre e muito numerosa.

A darmos crédito a seu filho Fernando Colombo, aliás não muito digno dele, de 1465 até à morte foi marinheiro, mas, segundo escreveu o próprio Almirante, a sua vida de marinheiro data de 1469, primeiro do Mediterrâneo, ao serviço dos ricos mercadores Spínola, Di Negro e Centurioni, depois de 1476 no Atlântico. Em Maio desse ano os Spínola e Di Negro mandaram alguns dos seus navios à Flandres. Num deles, o «Bechalla», embarcou

Colombo. Nas águas algarvias, de Lagos, num recontro naval, o navio em que viajara foi apressado e afundado, salvando-se a custo o que viria a ter as honras de descobridor da América. Depois de tratado veio para Lisboa. Repugna aceitar esta romanesca versão da entrada em Portugal de Colombo, versão espalhada por muitos e bons autores, mas negada por outros não menos bons investigadores. Não nos interessará, porém, elucidar a questão, bastando saber-se que entrou em Portugal cerca de 1476.

Pouco depois, aproveitou uma viagem de uma frota genovesa, que de Lisboa se dirigia para a Inglaterra, e seguiu num dos navios. Em Bristol, embarcou para Galway, na Irlanda, e de aí seguiu para a Islândia e provavelmente até às costas da Gronelândia. Esta passagem da sua vida é também discutida. Na realidade pouco importa que não tenha passado da Irlanda ou da Islândia, ou mesmo de Lisboa, para ficar certo da existência de terras a oeste do Atlântico, designadamente a Gronelândia, a Terra Nova e o Lavrador.

Luís Ulloa, insigne historiador e seu biógrafo, assimilou, não sem fundamento, esta viagem à expedição luso-dinamarquesa que se sabe, a rogo de D. Afonso V, em 1476 ou 1477, o rei da Dinamarca organizou com destino à Groenlândia e na qual participaram portugueses ²³. Colombo seria o piloto Johannes Scolvus cujo nome figura numa legenda do globo da autoria de Frisius e Mercator, datado de 1537? Diz a legenda: «Quij populi ad quos Joannes Scolvus danus pervenit circa annum 1476.» A explicação de Ulloa é curiosa: o nome de Colombo é João Baptista, ou seja o que leva a Cristo, Xristo-ferens. Quanto ao apelido Scolvus, o *s* inicial fora arrastado pelo *s* final de Joannes, e Colvus seria a abreviatura de Colombo,

onde se omitiu tal sinal. O ter tomado parte numa expedição dinamarquesa levou os contemporâneos a considerá-lo dinamarquês. Colombo, na costa da Gronelândia, ter-se-ia separado da expedição, descido as costas do Lavrador, da Terra Nova, da América do Norte, da Florida e, de aí, empurrado por ventos e tempestades, aportado a S. Domingos. No regresso à Europa, seguiu a corrente do Gulf Stream até encontrar ventos favoráveis para alcançar as costas de Portugal ²⁴.

Esta explicação permitiu interpretar alguns passos obscuros da sua vida, inclusive a certeza que sempre manifestou de achar terras a ocidente, a segurança da derrota, na primeira viagem, e a sua identificação com o célebre «piloto-anónimo», pela frase que escreveu o filho Fernando: «En sus manos estaba del dicho almirante, despues de Dios Nuestro Señor, de las dar (as Antilhas) a cualquier principe con quién él se concertase.»

Efectivamente, nem o Mar dos Sargaços, nem a falta de ventos, nem o desvio da agulha, nem o desalento das tripulações levaram Colombo a alterar sensivelmente a rota de antemão estabelecida, o que demonstra um perfeito conhecimento da navegação e explica o êxito da empresa que outros com insucesso haviam tentado.

2 — *A ESTADIA DE COLOMBO EM PORTUGAL*

Em Lisboa, Colombo encontrou-se com o irmão Bartolomeu, o intelectual da família, pois em Génova estudara e aprendera cartografia, deixando registados os progressos da epopeia dos descobrimentos. Juntos trabalharam e foram acumulando o cabedal de conhecimentos indispensáveis para a projectada viagem ²⁵.

Conheceu D. Filipa Moniz de Perestrelo ²⁶ com quem casou. Descendia esta, por parte do pai, dos Pallastrelli, de Placência, e da mãe, da nobre família portuguesa dos Moniz, apelido da segunda mulher de Bartolomeu. Ao cunhado de Bartolomeu pertencia a capitania de Porto Salvo, e a família dispunha de grandes propriedades na Madeira. A influência dos Perestrelas abriu as portas da Corte a Cristóvão Colombo. Foi durante a estadia em Portugal que leu o *Imago Mundi*, do Cardeal Ailly, e a *Historia rerum ubique gestarum*, de Eneas Silvio Piccolomini.

D. Diogo, futuro vice-rei das Índias nasceu na Madeira. Em 1482 ou 1483, esteve Cristóvão Colombo, como dissemos, no forte de S. Jorge da Mina, pouco antes edificado por Diogo da Azambuja. Teria na altura os seus 32 ou 33 anos ²⁷. Enviuvou em data incerta e veio para Lisboa entre 1483 e 1484. Foi aqui que recebeu a inspiração decisiva da sua vida, pela carta de Toscanelli, de 25 de Junho de 1474. Leu-a, copiou-a e nela baseou os seus cálculos pessoais, aliás errados.

Não se encontram investigadores probos que neguem que foi em Portugal que se fez marinheiro e se inspirou para a sua viagem às Antilhas. Ramón Menendez Pidal, num estilo vivo e com doutos argumentos, obtidos da leitura dos autógrafos do Almirante, explica por que, nos seus escritos datados de Portugal, escreveu em latim ou em castelhano, e, segundo ele, «os dialectismos do ocidente da Península que mostra a falta do Almirante não são galegos, senão decididamente portugueses» ²⁸. Ainda os conservava em 1491, cinco anos depois de ter deixado Portugal, como nota o médico palenho Garcia Hernandez, ao depor nos «Pleitos», em 1515. Diz ele que Colombo, ao chegar a La Rabida, falou com Fr. João Perez, em castelhano, mas sempre se notou que o seu

falar era de outro reino alheio à língua castelhana»²⁹. E Pidal acentua: «Esta época portuguesa é aquela em que Colombo deve ter aprendido o espanhol, ao mesmo tempo em que a sua mente se elevava, desde os negócios das lãs e do açúcar às alturas da grande aventura científica e descobridora em que Portugal se achava empenhado.»³⁰ Dá-nos o ilustre autor as seguintes sugestões: a especialização no comércio das casas genovesas com os portos de Espanha e a obediência à corrente dos portugueses que tomavam o castelhano como língua adoptiva de cultura, corrente iniciada pelo infante D. Pedro, em 1450, durante a sua expatriação em Castela, e propagada rapidamente entre os escritores portugueses. Observa o grande filólogo os portuguesismos dos seus escritos, que só mais tarde, em parte, perderia. De resto, teria aprendido a falar mas não a escrever português. É ainda mais fácil explicar a ignorância do italiano, pois, sendo genovês, conhecia apenas o seu dialecto, que não tinha escrita. Teria aprendido em Génova a servir-se de latim comercial, descurando depois o italiano por forma a que pouco a pouco se deixou de servir dele³¹.

3 — *A GÉNESE DAS PRETENSÕES DE COLOMBO*

As viagens portuguesas a oeste dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde, as concessões de D. Afonso V a Vogado, a expedição em que Teles andou empenhado em 1475 para encontrar as Antilhas, e os demais acontecimentos referidos, juntamente com o conhecimento da carta de Toscanelli, actuaram no espírito do aventureiro genovês e deram-lhe a convicção de que estava à altura do grande empreendimento: descobrir um

caminho para a Índia navegando para oeste. Certos autores dão como certa a existência de duas cartas de Toscanelli para Colombo, mas preferimos supor, na boa companhia de outros, que Colombo se limitou a copiar, por meios fraudulentos, a carta que o florentino escrevera ao cónego Fernão Martins, a pedido de D. Afonso V ou do «Príncipe Perfeito», tanto mais que é certo saber-se que a sua saída de Portugal se assemelhou a uma fuga e que para cá voltar precisou de um salvo-conduto, por ser grave o crime cometido ³². Se o rei se dispunha a esquecer é de admitir que uma das faltas se referisse ao empreendimento.

Muito se tem escrito sobre a rota da viagem de Colombo de 1492. Tanto a de ida como a do regresso não são de difícil explicação. A de ida, era conhecida dos portugueses e, portanto, de Colombo que contactara com os mais famosos pilotos do tempo. A de regresso, porque ao atingir S. Salvador tivera Colombo a consciência de que não cumprira o seu objectivo de encontrar os fabulosos reinos orientais e devia prolongar as buscas para o norte. Acompanhou assim a «Corrente do Golfo» até à zona dos ventos, que o impeliram de novo para a Europa. Pinzón, que como se sabe se separou dele nas Antilhas, seguiu rota semelhante e foi abordar à costa norte da Península, seguindo o impulso da «Corrente do Golfo» e dos ventos dominantes no Atlântico Norte.

Em 1965, na Universidade de Yale, afirmou-se que se encontrara um *mapa-mundi* traçado por volta de 1440, figurando as costas da Groenlândia e da América do Norte, esta como se fosse uma grande ilha, designada por «Vinland». O *mapa-mundi* foi encontrado na Europa ligado a um manuscrito medieval, em pergaminho, intitulado «As afinidades dos Tártaros», conhecido desde 1957. Dum

manuscrito encontrado pouco depois, o «Speculum Historiale», do século XV, com caligrafia, marcas de água e buracos de insectos condizentes aos do mapa, concluiu-se que os três documentos haviam estado encadernados juntos e que só muito mais tarde foram separados ³³.

Os investigadores de Yale acreditam que Vicente de Beauvais desenhou a representação da Groenlândia baseado em informações colhidas de sacerdotes escandinavos, em 1440, aquando do Concílio de Basileia. Outros estudiosos são do parecer de que o mapa resultaria de uma tradição já velha na Europa.

D. João II e os seus colaboradores, muito antes de ter surgido da sombra Colombo, interessavam-se pelo Atlântico e suas terras marginais e procuravam informes. Como admitir que desconhecêssem factos que não constituíam segredo desde há longos anos? Quanto às terras propriamente do Oriente, os esforços do rei de Portugal dirigiam-se para a rota africana do cabo da Boa Esperança, mais viável desde que em 1471 se atravessara a linha do Equador. Para essas bandas se dirigiam várias expedições, umas por mar, como a de Bartolomeu Dias, outras por terra, como as de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva. Era intenso o tráfego entre a península hindustânica e Sofala e tanto a um ponto como ao outro haviam chegado portugueses, antes de Colombo empreender a sua primeira viagem às Antilhas.

Cristóvão Colombo logrou ser introduzido na Corte por influência da família da mulher e do Arcebispo de Lisboa. Afirmava ter planos que interessavam a D. João II, desde que este o fizesse Almirante e Vice-Rei das terras que queria descobrir. D. João II encarregou D. Diogo Ortiz, Mestre Rodrigo das Pedras Negras, Mestre Moisés e Mestre José Vizinho de analisar o projecto, que não

trazia vantagens para os portugueses e que estava em desacordo com os cálculos dos cosmógrafos, no que respeitava à viagem para o Extremo-Oriente. Eram demasiadas as exigências que fazia quanto às ilhas do Atlântico, que D. João II poderia atribuir a compatriotas seus, e com menores encargos para a Coroa, e não era oportuno tratar de levantar um conflito diplomático com os Reis Católicos, que se haviam declarado senhores do Mar Oceano para além dos mares partilhados no Pacto das Alcáçovas. Recusou-se, portanto, a proposta colombina.

Como tem sido explicada a posição de D. João II, por parte dos especialistas portugueses?

Veja-se a opinião de Joaquim Bensaúde:

O rei, afectando interesse pela projectada navegação, teria procurado despertar a emulação dos Reis Católicos, levando-os a desviar-se para uma empresa que não punha em perigo Portugal, preocupado com os reconhecimentos marítimos incipientes de outros concorrentes estrangeiros. «O monarca português... saberia bem o que havia a Ocidente — terras pobres, no sentido quatrocentista do termo, e desprovidas de produtos ricos em que abundava o Oriente — e por isso se empenhava em impelir para ali os seus rivais peninsulares». ³⁴

Damião Peres, porém, contrapõe o seguinte à mencionada hipótese:

«Se a engenhosa explicação de Bensaúde corresponde à realidade dos sucessos, em 1488 ainda não tinha D. João II mudado de parecer quanto à posse de terras a ocidente; no caso contrário essa data representa o início de uma modificação de atitude, patenteada claramente quando Colombo, regressando da sua primeira viagem no Atlântico ocidental, empreendida ao serviço dos Reis

Católicos, afirmou ter realizado o descobrimento de certas ilhas, que ele identificava com a ilha Cipango, correntemente desenhada nos mapas de então como guarda-avançada do Extremo Oriente, mas que na realidade eram algumas das Bahamas e das Antilhas»³⁵.

Bartolomeu Dias realizou a célebre viagem ao Índico entre Agosto de 1487 e Dezembro de 1488; e, em 1487, partiam de Santarém, para o Oriente, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva. O primeiro visitou Sofala em 1489. Portanto em 1488, D. João II tinha conhecimento, sem margem de dúvidas, da verdadeira rota marítima para o Oriente pela via Cabo da Boa Esperança e tentara completá-la com as duas expedições. Assim se explica melhor a recusa.

4 — COLOMBO EM CASTELA

Se estão correctas as interpretações dadas, D. João II conseguiu o seu intento de desviar as atenções dos Reis Católicos do melhor caminho para o Oriente e ainda reservou para Portugal, como adiante veremos, a parte do continente americano que, ao tempo, mais promissora se apresentava em recursos económicos.

Note-se e acentue-se que os Reis Católicos recusaram-se a financiar a empresa colombina, segundo narra Vignaud, fazendo fé no testemunho do médico de Palos, García Hernández, testemunha idónea nos famosos pleitos. Um acontecimento inesperado verificou-se então. Veremos como é contado: «Algum facto novo de maior peso que a aprovação de Martim Afonso se produziu neste momento para determinar uma mudança tão dramática como a que então ocorreu no destino de

Cristóvão Colombo. Uma noite, depois de uma conversa com Colombo, Fr. João Pérez enviou à Corte um mensageiro portador de uma carta para a rainha ³⁶. Foi esta carta misteriosa e desconhecida que resolveu os Reis Católicos a darem o seu apoio a Colombo.

Depois da primeira negativa de D. João II, Colombo, em 1485, abandonara precipitadamente Portugal, com seu filho, seguindo para a Andaluzia. Ali se fixara, centrando-se a sua actividade em torno de Palos de Moguer, Huelva, Sevilha e o Convento de La Rabida, perto de Palos. Eram esses, justamente, os centros da actividade marítima descobridora de Castela. Em La Rabida conheceria os frades franciscanos João Perez e António de Marchena, este um dos mais hábeis cosmógrafos do seu tempo, e com eles trataria do problema que o obcecava. Explicam-se as suas idas a Huelva para contactar com parentes ali fixados. Em Palos encontrou os Pinzóns e os Niños, apoios indispensáveis ao seu plano. O filho Diogo ficou no convento, a educar, enquanto Colombo ia estruturando a sua ideia. Tentou o futuro Almirante, em Sevilha, os favores do duque de Medinacelli. Este, sempre muito interessado nas actividades descobridoras, dispôs-se a financiá-lo, após consulta aos Reis Católicos. D. Isabel não aprovou a conduta do Duque porque lhe parecia que empresa de tal monta devia ser realizada pela Coroa. Chamou Cristóvão Colombo e com ele teve uma primeira entrevista em Alcalá de Henares, em 20 de Janeiro de 1486.

Nesses primeiros tempos de estadia em Castela conheceu D. Beatriz Henriquez de Harana ³⁷ de quem viria a ter um filho, Fernando, em 1488.

O pouco interesse dos Reis Católicos pelo projecto de Colombo e a falta de autêntico entusiasmo de Henrique

VII, de Inglaterra, levou os irmãos a voltarem-se para a França. Parece que Ana de Beaujeau, filha de Luís XI, em 1493, tarde demais escutou a proposta de Bartolomeu Colombo.

Colombo, em Castela, insistia com os Reis Católicos e estes acabaram por ordenar a constituição de uma Junta de que faziam parte o cardeal Mendoza, Fr. João Perez, Luís de Santángel e Alexandre Gualdini, embaixador da Santa Sé, tudo autoridades competentes para se pronunciarem sobre o projecto. No final, o parecer da Junta é desfavorável ³⁸.

5 — *COLOMBO VOLTA A PORTUGAL*

Desanimado, Colombo apela de novo para D. João II, e este, em 20 de Março de 1488, enviou-lhe um salvo-conduto que lhe permitia a entrada em Portugal. O documento era dirigido a «Cristóvão Colombo nosso especial amigo, em Sevilha». Nele há uma curiosa passagem que se transcreve:

«Nós desejamos e dar-nos-á muito prazer a vossa vinda, porque no que a vós toca dar-se-á tal forma que devereis ficar contente...

Quanto à vossa vinda cá, certo, assim pelo que apontais como por outros respeitos para que vossa indústria e bom engenho nos será necessário...

E portanto vos rogamos e encomendamos que vossa vinda seja logo, e para isso não tenhais pejo algum, e agradecer-vos-emos e teremos muito em serviço...

E porque tal ventura tereis algum receio das justiças por razão de algumas coisas a que sejais obrigado, nós, por esta nossa carta vos seguramos pela vinda, estadia e

retorno, que não sereis preso, retido, acusado, citado nem demandado por nenhuma coisa, ora seja cível ora crime de qualquer qualidade...»

6 — AS CAPITULAÇÕES DE SANTA FÉ

As Capitulações são datadas de 17 de Abril de 1492 e nelas se lê, com certo espanto, que as concessões dos Reis Católicos a Colombo são feitas em «*satisfação do que descobriu nos mares oceanos*», de que os ditos reis são «*senhores*».

A primeira afirmação pode querer significar que Colombo, aquando da sua estadia em Portugal, e nas viagens até Tule e ao Golfo da Guiné, soubera da existência de ilhas ou «terra firme» além do Atlântico; a segunda está de acordo com o título a que os Reis Católicos se arrogavam, depois da celebração do Tratado das Alcáçovas.

Na mesma data eram entregues a Colombo cartas régias dos reis de Espanha para o Grande-Cão e outros potentados da Índia, nelas se aludindo à amizade do imperador da China por Castela e à conquista de Granada.

7 — COLOMBO DE NOVO EM CASTELA

Em Maio de 1489 encontrámo-lo de novo em Castela, pois há uma cédula de 12 daquele mês, dos Reis Católicos, que ordena aos Conselhos e Justiças do Reino que o aposentem e lhe dêem dinheiro. Não esteve, portanto, em Portugal mais de um ano, mas foi o tempo necessário para saber que Bartolomeu Dias atingira o mar da Índia e

pensar que lhe haviam roubado o segredo. As notícias de Lisboa contribuíram para interessar os Reis Católicos. Em 1490 celebravam-se em Sevilha as bodas do príncipe D. Afonso com a princesa Isabel e estreitavam-se as relações luso-castelhanas, acontecimentos que não favoreciam os desígnios de Colombo. Não queriam os Reis Católicos desagradar a D. João II. Esta foi mais uma demora, pequena, porque, falecido D. Afonso, não se levantariam tão grandes obstáculos políticos à empresa. Em 1491 passou por La Rabida, numa derradeira tentativa para obter o apoio dos frades. Fr. João Perez ouviu o médico palenho Garcia Hernandez e em confissão a Colombo. Ditou a carta de conteúdo secreto que levou D. Isabel a reter Colombo. O genovês pensava em dirigir-se a França. Intervém então Luís de Santángel, e os Reis Católicos, que acabavam de conquistar Granada, dão, finalmente, o seu assentimento ao projecto e determinam o estudo das condições propostas pelo genovês.

8 — *A 1.ª VIAGEM DE COLOMBO E O DESCOBRIMENTO DAS ANTILHAS*

Iniciaram-se em Palos os preparativos da viagem. Colombo teve dificuldade em recrutar a equipagem, pois os andaluzes desconfiavam de estrangeiros. Neste caso, foi decisiva a intervenção dos irmãos Pinzóns, que se associaram a Colombo.

Em 3 de Agosto de 1492, largava, com rumo às Canárias, a armada de Colombo, constituída por três caravelas: a «Pinta», a «Niña» e a «Santa Maria». A «Pinta» era comandada por Martín Alonzo Pinzón, a «Niña» por Vicente Yañes Pinzón; e a bordo da «Santa Maria» seguia

Colombo, levando consigo o mestre Juan de la Costa. A bordo iam 87 a 90 tripulantes.

Não chegou até nós o documento capital da expedição, o «Diário», de Colombo. Mas Bartolomeu de las Casas teve conhecimento dele, compendiou-o e transmitiu-nos literalmente muitos fragmentos.

A maior parte dos biógrafos de Colombo assentou na opinião de que Colombo era o que se pode chamar marinheiro por instinto, o que explica, em parte, o êxito de todas as suas viagens. Desta viagem, como já se apontou, tanto na ida como no regresso, concluíram as maiores autoridades em assuntos de navegação que o genovês conhecia antecipadamente a rota, pois foi tão acertada que ainda hoje não se segue outra, em veleiros, com destino às Antilhas. Porém, a rota não podia resultar da leitura do mapa de Toscanelli, pois este, não sendo navegador, não saberia apontar o melhor paralelo a seguir: o de 28° de lat. N. Não podemos, portanto, deixar de recordar, mais uma vez, a referência de Las Casas à estadia, poucos anos antes de Colombo, em navios semelhantes aos seus, de homens brancos e barbudos nas Antilhas.

No «Diário», ressaltam os seguintes pontos fundamentais para esta tese:

Dia 9 de Agosto, quando Colombo atingiu as Canárias:

«Diz o Almirante que juravam muitos homens honrados espanhóis, que na Gomera estavam com D. Inés Peraza, mãe de Guillén Peraza, que depois foi o primeiro conde da Gomera, que eram vizinhos da ilha do Ferro, que cada ano viam terra a oeste das Canárias, que está a poente; e outros da Gomera afirmavam outrotanto com juramento. Diz aqui o Almirante que se recorda que estando em Portugal no ano de 1484 veio um da ilha da

Madeira ao Rei a pedir uma caravela para ir a esta terra, e jurava que cada ano a via e sempre de uma maneira. E também diz que se recorda que o mesmo diziam nas ilhas dos Açores...»³⁹

Relativamente a 6 de Setembro:

«E soube o Almirante de uma caravela que vinha da ilha do Ferro que andavam por ali três caravelas de Portugal para o tomar: devia ser de inveja que o Rei tinha por haver-se ido a Castela». ⁴⁰

Das Canárias, Colombo tomou o rumo que o pôs no paralelo de 28° de lat. N., e, portanto, no bom caminho. Em 16 de Setembro, ao atingir o Mar dos Sargãos, como os marinheiros acreditassem que tinham atingido terra, Colombo afirmou: «Pero no la tierra firme, porque la tierra firme hago mas adelante».

Em 19 de Setembro escreveu: «Vieram uns chuviscos sem vento, o que é sinal certo de terra». O Almirante não quis deter-se barlaventeando para averiguar se havia terra, mas teve por certo que da banda do norte e do Sul encontraria ilhas. A sua vontade era «*seguir adiante para as Índias*». No dia 23 de Setembro confirmou esta ideia: «La falando o Almirante com Martin Alonzo Pinzón, capitão da outra caravela «Pinta», sobre uma carta que lhe havia enviado três dias antes à caravela, onde, segundo parece, tinha pintadas o Almirante certas ilhas naquele mar». ⁴¹

Em 3, 7 e 11 de Setembro repetem-se os indícios de terra a sudoeste mas o Almirante recusou-se a procurá-la. Se não conhecesse a rota nem o local onde se achava teria procedido do mesmo modo? Não é muito de crer. Via-se, portanto, que conhecia de antemão que navegava entre ilhas mas a sua preocupação fundamental era encontrar, tal como Bartolomeu Dias e outros capitães portugueses, uma rota para a Índia.

Em 9 de Outubro, como se não tivesse encontrado terra, a marinhagem começou a dar sinais de descontentamento e inquietação. Colombo prometeu encontrá-la dentro de três dias e, efectivamente, às duas horas da madrugada de 12 de Outubro, o marinheiro Rodrigo de Triana, lançou o brado de: Terra! Era a ilha de Guanahani, uma das Bahamas, baptizada com o nome de S. Salvador.

Não interessa referir pormenorizadamente as andanças de Colombo por aquelas paragens. Aludir-se-á somente ao naufrágio da «Santa Maria», para confirmar o nosso parecer sobre as qualidades de marinheiro (não nos referimos aos conhecimentos de navegação) de Colombo, e à fundação da primeira colónia espanhola que resultou num total malogro, por leviandade do genovês.

9 — A CHEGADA DE COLOMBO A PORTUGAL EM 1493

Em 16 de Janeiro de 1493 largou a frota do golfo das Flechas, com rumo a leste, depois ao norte, e, cerca da latitude dos Açores, de novo a leste, para chegar ao arquipélago, a 12 de Fevereiro. Se ali teve dificuldades com as autoridades portuguesas, em Lisboa, onde chegou a 4 de Março, foi muito bem acolhido por D. João II, como o próprio Colombo refere:

«... vim a parar ao Restelo, dentro do rio de Lisboa, onde soube pelas gentes do mar que jamais fez inverno de tantas tormentas e que haviam perdido 25 naus na Flandres e outras estavam ali havia quatro meses sem poderem sair»⁴². Escreveu o Almirante ao Rei dizendo-lhe que estava a 9 léguas dali e que os reis de Castela lhe haviam recomendado que não deixasse de entrar nos

portos do rei de Portugal, se lhe fosse necessário. Informava o rei que *não vinha da Guiné mas sim das Índias*. Enquanto esteve no Restelo foi visitá-lo Bartolomeu Dias e o Almirante mostrou-lhe as credenciais dos Reis Católicos.

Em 8, Colombo recebeu uma carta afectuosa de D. João II, entregue por D. Martinho de Noronha. O rei convidava-o para lhe ir falar a Vale do Paraíso. Foi recebido com as honras devidas a um Almirante de Castela. D. João II mostrou-se satisfeito com o êxito da viagem mas argumentou que «entendia que pela capitulação que havia entre os Reis Católicos e ele aquela conquista lhe pertencia»⁴³, evidenciando-se aqui a convicção régia de que, ao contrário do que Colombo dizia, não aportara às Índias mas a terras dos mares da Guiné, as quais, segundo a tese portuguesa, o tratado das Alcáçovas reservara para Portugal. Colombo declarou ao rei que não vira a capitulação mas que os Reis Católicos lhe haviam ordenado que não fosse à Mina ou à Guiné, e que tinha mandado apregoar esta ordem em todos os portos da Andaluzia, antes da partida da armada. É evidente que o genovês dava um sentido estreito à designação de Guiné, enquanto D. João II a tomava em sentido lato, nela querendo abranger as terras que circundavam o mar da Guiné, tanto a nascente como a poente. O rei não discutiu mais com Colombo, pois viu que teria de argumentar directamente com os soberanos castelhanos.

10 — REGRESSO DE COLOMBO A CASTELA

Efectivamente, pouco depois iniciar-se-iam diligências diplomáticas. Colombo é também recebido por D.

Leonor. Depois de abastecido e de ter mandado cartas para Castela, em 13 de Março saiu de Lisboa com rumo a Sevilha onde chegou a 15 ⁴⁴.

Os Reis Católicos encontravam-se então em Barcelona e para lá se dirigiu o Almirante ⁴⁵. Fez-se anunciar também a Luís de Santángel e a Gabriel Sanchez, tesoureiro de Aragão ⁴⁶. Fernando e Isabel receberam-no afavelmente e escutaram-no com atenção, mostrando-se interessados e curiosos à vista dos índios que acompanhavam o Almirante, das amostras de ouro, dos papagaios e de outras coisas que os nativos traziam consigo. Confirmaram ao genovês os direitos e privilégios concedidos pelas capitulações de Santa Fé.

Antes de chegar a Barcelona o Almirante enviara um memorial aos Reis Católicos falando-lhes da segunda viagem que projectava e da sua importância.

Os Reis pediram a Colombo que lhes traçasse uma carta das terras descobertas, e, em 5 de Setembro, certamente porque o Almirante não satisfizera o seu pedido, insistem:

«Con el fin de comprender mejor vuestro libro, deseamos conocer la posicion sobre la carta de esas islas y del Continente que habéis hallado, así como el derrotero que hábeis escogido antes de vuestra marcha, mandadnos, pues, la carta mariña completa con todos los nombres necessaria y hacednos saber, com tal motivo, si no convendria mantenerla secreta» ⁴⁶.

Não consta que o Almirante tivesse cumprido o mandato real, de boa vontade, à vista do esboço que conhecemos.

Em 25 de Setembro de 1493, partiu de Cadiz Cristóvão Colombo para a sua segunda viagem às Antilhas, com uma armada de 17 navios e 1500 homens.

Rodeou-o, desta vez, pessoal escolhido pelos Reis, com vista ao início da colonização e da missionação nas novas terras. Cooperou na formação da armada o Duque de Medina Sidónia e nela embarcaram o P.^e Marchena, Alonso de Hojeda, Pedro de Margarite, Bernal de Piza, João de León, Álvares de Acosta, o Embaixador Maldonado e o Doutor Chanca.

Em 17 de Outubro, a esquadra deixava as Canárias com rumo a La Navidad, o forte construído por Colombo. Seguiu um rumo diferente do da primeira viagem, tomando o paralelo 15° lat. N. em lugar do de La Navidad, a 20° de lat. N. Descobriam-se novas ilhas, e, entre elas, Guadalupe, onde se achou a popa destrozada e apodrecida de um barco europeu, o que condiz perfeitamente com a declaração recolhida dos Índios na primeira viagem.⁴⁷

Ao chegar finalmente a La Navidad deparou-se ao Almirante o espectáculo do forte destruído e dos seus ocupantes assassinados pelos nativos. Acerca deste episódio Madariaga diz que Colombo «permaneceu imperturbável e frio, ao menos por fora; as suas ordens limitaram-se a que se buscasse se havia ouro oculto enterrado pelos cristãos segundo as instruções que lhes havia deixado, e que se buscasse um sítio melhor para povoar»⁴⁸.

Colombo deu-se conta da sua própria responsabilidade no acontecido, de modo a que quanto mais acusasse os indígenas mais se acusava a si próprio.

III / O TRATADO DE TORDESILHAS

1 — DO TRATADO DAS ALCÁÇOVAS À PRIMEIRA VIAGEM COLOMBINA

Concluído o Tratado das Alcáçovas, e até à viagem colombina de 1492, apenas se abria o Atlântico ao norte de cabo Bojador e para além da Madeira e dos Açores à expansão castelhana, o que levou os Reis Católicos a apressarem-se a tornar-se senhores do «mar Oceano» ao oeste do *meridiano* dos Açores ⁴⁹.

Em 6 de Março de 1480, em Toledo, é ratificado o Tratado das Alcáçovas. Dessa ratificação consta que D. Afonso V ficaria com o direito de descobrir e civilizar todas as terras que ficassem «contra» a Guiné, portanto, «nas partes» da Guiné. Que terras poderiam ser essas senão as ilhas das Antilhas a que os portugueses já haviam chegado? ⁵⁰

O procedimento de D. João II não foi coincidente com o dos Reis Católicos, mas com a doutrina que vinha sendo seguida desde o início da expansão: todas as terras por descobrir eram «res nullius», cabendo o direito de apropriação ao descobridor. E vemos que os descobrimentos efectuados por este monarca eram assinalados por padrões, de que ainda hoje tantos exemplares nos restam a atestar a prioridade dos descobrimentos portugueses. Como corolário lógico, e

por imposição papal, consignada na bula «Romanus Pontifex», o descobrimento pressupunha direitos de soberania e a obrigação da evangelização do gentio, portanto ocupação efectiva.

O que se verifica, na realidade, quando se atenta nos dados conhecidos da História? Diogo Cão semeou de padrões a costa ocidental de África até ao actual Sudoeste africano; trouxeram-se congoleses para Portugal e mandaram-se missionários para o Congo. Bartolomeu Dias plantou um padrão português no Índico. Estende-se a soberania portuguesa ao longo da costa africana, porque se considerava esta coberta pela doação de Nicolau V. Mas abrangia tal doação as terras além-Atlântico? Se se atingissem tais terras seriam elas de soberania portuguesa? Tendo-se declarado os Reis Católicos senhores do Mar Oceano além do meridiano dos Açores, não seria de prever um sério conflito com Castela, que os portugueses não desejavam nem, para ele, como se vira durante a luta com os Reis Católicos, estavam preparados, e de futuro ainda menos, após a união das coroas castelhana e aragonesa, que aumentara o potencial dos nossos rivais? Não estavam outros países, designadamente a França e a Inglaterra, a interessar-se também pela expansão atlântica? Sendo o principal objectivo nacional, após a incorporação de África à soberania da Casa de Avis, o estabelecimento do tráfego comercial com o Extremo Oriente, não seria mais conveniente deixar a outros soberanos, nomeadamente aos Reis Católicos, essas novas terras que os reconhecimentos portugueses tinham assinalado desde o Setentrião ao Meio-Dia?

Tudo parecia indicar que seriam menos proveitosas do que as do Oriente, pois delas vieram apenas amostras de pau-brasil e pouco mais. Interessariam se constituíssem

uma base no caminho para o Oriente. Este caminho encontrava-se no austro e nada até meados do século assegurava que seriam essenciais bases a oeste que o balizassem. Quanto a ilhas ou terras que ficassem mais para o norte, entregava-se a sua ocupação e exploração à iniciativa privada, que, como sabemos, as reconheceu, mas que falhou no seu objectivo de colonização e exploração económica.

Todos os factores apontados são de grande importância para a boa inteligência do tratado de Tordesilhas ⁵¹.

2 — A CHEGADA AO TEJO DE CRISTÓVÃO COLOMBO E AS PRIMEIRAS DILIGÊNCIAS DIPLOMÁTICAS

Segundo escreve Ruy de Pina ⁵², em 6 de Março de 1493, estando El-Rei em Vale do Paraíso, arribou a Lisboa Cristóvão Colombo, *italiano*, que vinha do descobrimento das ilhas *Cipango* e da *Antilha*, que por mandado dos reis de Castela tinha feito, trazendo consigo as primeiras amostras da gente, ouro e algumas coisas que nelas havia; e foi delas intitulado Almirante». Prossegue o cronista: «E sendo El-Rei logo avisado, o mandou ir ante si, e *mostrou por isso receber nojo, e sentimento, assim por crer que o dito descobrimento era feito dentro dos mares, e termos do seu senhorio da Guiné*, em que se oferecia dissensão, como porque o dito Almirante, por ser de sua condição *um pouco alevantado, e no “recontamento” de suas cousas, excedia sempre os termos da verdade*, fez esta coisa, em oiro, prata e riquezas muito maior do que era. Especialmente acusava-se El-Rei de negligente, por se escusar dele por minguia de crédito, e autoridade, acerca deste descobrimento para que primeiro o viera requerer. E com quanto El-Rey foy cometido, que ouvese

por bem d'ho ali matarem; porque com sua morte o prosseguimento desta empresa, acerca dos Reys de Castella, por falecimento de descobridor cessaria; e que se poderia fazer, sem sospeita, de seu consentimento, e mandado; por quanto *por elle seer descortes, e alvoroçado*, podiam co elle travar per maneira, que cada hũ destes seus defectos, parecesse a verdadeira causa de sua morte». O Rei não somente defendeu Colombo mas antes o honrou e fez mercês e, assim, o despediu. Porém, D. João II, logo determinou a constituição de uma poderosa armada, de que fez capitão-mor D. Francisco de Almeida ⁵³. Quando a armada se preparava para largar do Tejo, veio a Lisboa um mensageiro castelhano, de nome Ferreira, que lhe pediu em nome dos Reis Católicos suspendesse a saída da armada até se ter esclarecido a quem por direito o dito descobrimento competia ⁵⁴. Assim se evitaria o encontro, certamente perigoso para a paz entre os dois reinos, entre esta armada portuguesa e a segunda que Colombo preparava. O rei desistiu de enviar essa armada e mandou como seus embaixadores a Castela o Doutor Pero Diniz e Rui de Pina, que de verdade bem avisados e instruídos foram à Corte de Fernando e Isabel ⁵⁵, então em Barcelona, «ao tempo que por El Rey de França Carlos se fez a segunda concordia, e verdadeira entrega de Perpignan, e do Condado de Rossilham em Catalonha» ⁵⁶. Esta embaixada não logrou qualquer acordo; e a causa foi por sucederem assim prosperamente as suas coisas com a França; e principalmente porque antes de finalmente sobre a dita «Conquista, e Ilhas e Terras se concordarem quizeram secundariamente ser certificados da inteira verdade das dictas Ilhas, e Terras que já eram descobertas, e das cousas que nellas avia» ⁵⁷ para o que tinham já expedido a segunda armada de Colombo, mas

que ainda não regressara: «porque segundo fosse a estima dellas, assi se concordariam, insistindo, ou desistindo»⁵⁸. E, para dilatarem as negociações sem conclusão, tomaram por pretexto a vinda a Lisboa de uma embaixada constituída por D. Pedro d' Ayalla e Garcia Lopez de Carvajal, de que não resultou nenhum proveito. «Aos quaaes Reys de Castella, despois de serem da sustancia, e posiçam das dictas Ilhas, e Terras, e cousas dellas, per os segundos seus navios bem avisados, e certificados, El-Rey tornou a enviar por seus Embaixadores e Procuradores, sobre a concordia da dicta Conquista, Ruy de Sousa, e ho Licenciado Aires d' Almadaã, e Estevam Vaaz por Escripvam»⁵⁹ pessoas de bom saber, grande confiança e muita autoridade. Os quais, em nome de D. João II, concordaram com os Reis Católicos na demarcação e partilha dos mares, por certos rumos e linhas de pólo a pólo, «pelo que as Ilhas e terras descobertas ficaram com os Reis castelhanos com outra muita parte do mar e da terra, sem prejuízo da Costa, e Ilhas da Conquista da Guiné. Do que se fizeram Contratos firmados e jurados pelos ditos Reis, de que todos mostraram receber descanso e contentamento, por se escusarem antr'elles debates, e discordias que ja se resolviam contrairas a sua paz e amizade»⁶⁰. E com este acordo voltaram os embaixadores a Setúbal no mês de Julho «do anno que vinha», onde D. João II se estabelecera então⁶¹.

Julgou-se conveniente transcrever o que se diz na «Crónica» pois redigiu-a um dos negociadores do Tratado e é, portanto, digna de crédito, não contradizendo quaisquer documentos sujeitos a investigação.

Embora se afigure fácil a exegese deste sucinto capítulo, dá ampla compreensão do problema do descobrimento da América, das relações luso-espanholas

na última década do século XV e do tratado de Tordesilhas. Aliás o autor da Crónica, que não só foi um dos intervenientes no Tratado, como embaixador de Portugal, também tem a seu favor a circunstância de ter vivido na intimidade de D. João II e conhecer os segredos da Coroa, embora só divulgue o que não é segredo de Estado.

Há uma frase que não pode passar despercebida: os nossos embaixadores foram *bem avisados e instruídos da verdade*. São os Reis Católicos que nos sugerem essa *verdade* na correspondência para Colombo quando o informam de que sabiam que os portugueses tinham chegado já a terras ao poente, e é a carta de Juan de la Cosa a apontar, no local do actual Brasil, uma ilha descoberta pelo «rei de Portugal», sem indicar ou a data ou o nome do descobridor.

Parece que os Reis Católicos nunca confiaram inteiramente em Colombo nem este foi sempre leal para com os seus soberanos. A verdadeira posição das Antilhas, a rota e uma carta das ilhas foram elementos insistentemente solicitados pelos Reis Católicos, e que Colombo se excusou a fornecer. A segunda viagem do genovês e as notícias que dela forneceu aos Reis Católicos levaram-os a anuir à proposta de D. João II, da partilha do Atlântico, por um meridiano a 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

3 — A FIGURA DE BARTOLOMEU COLOMBO

No capítulo precedente analisou-se a personalidade de Cristóvão Colombo, figura central e dominadora da época a que se reporta este trabalho. Parece, porém, que nos não

devemos deixar ofuscar por ela pois um outro personagem contribuiu, de forma relevante, para os acontecimentos que influíram na política das Cortes portuguesa e castelhano-aragonesa: Bartolomeu Colombo.

Segundo Las Casas ⁶², Bartolomeu Colombo tomou parte na viagem ao Índico empreendida por Bartolomeu Dias, a mando de D. João II. Teria regressado essa armada no fim do ano de 1487. Em Lisboa os dois irmãos Colombo encontraram-se e decerto voltaram a insistir com o rei de Portugal no seu pedido de uma armada para navegarem para a Índia por via ocidental. No entanto, o rei reconheceu a barreira ocidental e a rota mais apropriada para a demanda da Índia: a do Cabo da Boa Esperança. D. João II desinteressou-se definitivamente do projecto dos dois genoveses. O que é fora de dúvida é que não podiam ignorar existir uma rota mais fácil para a Índia do que a propunham, e que D. João II mandara explorar a costa americana, como se depreende da leitura da «Capitulação» de Santa Fé. Sabe-se que não foi a viagem de 1487 a única ao Índico realizada pelos portugueses por essa época ⁶³, assim como se sabe que em 1488 se haviam atingido terras além-Atlântico embora pudesse discutir-se se elas pertenciam a um novo continente, se apenas eram o extremo oriente asiático com ilhas adjacentes, presumindo-se tratar-se de terras que nada tinham a ver com a Ásia, contrariamente ao que Colombo supunha.

Pouco depois do regresso de Bartolomeu Dias, e desenganados os irmãos Colombo por D. João II, resolvem oferecer os seus serviços à Inglaterra e a Castela ⁶⁴.

Bartolomeu Colombo foi a Londres em 1490 e ali encontrou acolhimento não totalmente favorável ⁶⁵. Seguiu para França.

Entretanto Cristóvão, ao serviço dos Reis Católicos, navegava para as Antilhas.

4 — AS NEGOCLAÇÕES LUSO-CASTELHANAS

Em 1493 regressava triunfante Colombo, anunciando ter alcançado a Índia. D. João II, não obstante ter aparentado desagrado — a máscara que na altura lhe convinha afivelar no rosto —, deveria ter exultado pelo logro dos rivais Castelhanos que supunham ter aterrado com tanta facilidade no ambicionado Oriente.

As negociações que se seguiram permitiram a preparação tranquila e segura da armada que efectuaria a ligação de Lisboa a Calecute e da que garantiria a posse da costa americana que borda o Atlântico, nos pontos base de apoio da via marítima principal, pois adquirira-se a certeza da praticabilidade da rota para a Índia costeando a África.

A armada que D. João II mandou preparar a D. Francisco de Almeida, em 1493, não foi suspensa porque os Reis Católicos o solicitassem ao rei de Portugal. Há, pelo contrário, indícios do envio de navios portugueses a confirmar a veracidade da descoberta colombina das Antilhas. Entretanto, os Reis Católicos desenvolviam intensa actividade diplomática, mandando secretamente um embaixador ao papa Alexandre VI, a solicitar a confirmação da posse das terras descobertas pelo seu novo Almirante. Gómara confirma a diligência dos soberanos castelhanos ⁶⁶:

«Assim que os Reis Católicos ouviram Cristóvão Colombo, despacharam um correio para Roma com a relação das terras recentemente achadas, que chamam

Índias; e os seus embaixadores, que poucos meses antes haviam ido dar os parabéns e obediência ao papa Alexandre VI, segundo o uso dos princípios cristãos, falaram-lhe e deram-lhe as cartas do Rei e da Rainha, com a relação de Colombo. Nova, por certo, que produziu muita alegria no Santo Padre, nos cardeais, na corte e no povo romano, maravilhando-se todos de ouvir coisas de terra tão afastada, e que nunca os romanos, senhores do mundo, souberam. E porque as acharam os espanhóis, fez o papa, de sua própria vontade e motivo, e de acordo com os cardeais, doação e mercê aos Reis de Castela e Leão de todas as ilhas e terra firme que descobrissem ao ocidente, com tal que ao conquistá-las enviassem ali predicadores para converterem os índios idólatras...»

O mesmo autor, no capítulo anterior ao acima transcrito, explica porque se chamou Índias às terras descobertas por Colombo ⁶⁷:

«... quero dizer o meu parecer acerca deste nome de Índias, porque alguns acreditaram que se chamaram assim por serem homens destas Índias da cor dos índios orientais. Mas parece-me que diferem muito na cor e nas feições. É bem verdade que de a Índia se disseram as Índias. Índia propriamente chama-se àquela grande província da Ásia onde Alexandre Magno fez a guerra, a qual tomou o nome do rio Indo, e divide-se em muitos reinos a ele vizinhos. Desta grande Índia, que também chamam oriental, saíram grandes companhias de homens, e vieram, segundo conta Heródoto, a povoar a Etiópia, que está entre o Mar Vermelho e o Nilo, e que agora possui o Prestes João. Prevaleram tanto ali que mudou aquela terra os seus antigos costumes... e assim a Etiópia se chamou Índia... de esta Índia, pois, do Prestes João, onde já comerciavam os portugueses, se chamaram as nossas Índias,

porque ou ia ou vinha de aí a caravela que com mau tempo arribou a elas; e como o piloto viu aquelas terras novas, as chamou Índias, e assim as chamava sempre Cristóvão Colombo. Os que têm por grande cosmógrafo a Colombo pensam que as chamou Índias pela Índia Oriental, crendo que quando descobriu as Índias ia buscando a ilha de Cipango, que cai à altura da China ou de Catay.»

Este importante trecho permite concluir que o nome de Índias, dado às terras além-Atlântico, é de origem portuguesa e confirma a tese de Gago Coutinho da rota, pelo largo, tangenciando o cabo de S. Agostinho, das caravelas que se dirigiam para a Mina.

5 — A ACTUAÇÃO DO EMBAIXADOR RUI DE SANDE

Rui de Sande foi o primeiro embaixador enviado aos Reis Católicos, a lembrar as obrigações contraídas por estes, aquando da assinatura do tratado das Alcáçovas. Fora o Atlântico partilhado por um paralelo que passava pelo cabo Bojador, logo ao sul das Canárias. Bastaria prolongá-lo no Atlântico, reservando-se o sul para Portugal e o norte para Castela para que ficassem satisfeitos os interesses de Portugal. Do resto do tratado constava que as terras descobertas em frente da Guiné pertenciam aos reis de Portugal. Lembraram-se as bulas pontificais de doação das terras descobertas. Nestes termos tinha razão D. João II pois eram efectivamente portuguesas as Antilhas visto encontrar-se abaixo do paralelo previsto no tratado das Alcáçovas e ficarem «contra» a Guiné. D. João II não o ignorava, pois disse a Colombo, na entrevista de Vale do Paraíso, que ele descobrira terras que lhe pertenciam e teve a

preocupação de pedir aos nativos, que imprudentemente Colombo lhe apresentou, uma descrição das terras de onde tinham vindo.

Os Reis Católicos não se mostraram apressados a negociar com Portugal. Aguardavam a bula que os seus embaixadores haviam ido solicitar ao papa. Contudo, parece que o embaixador português revelou na corte castelhana que navios de D. João II haviam descoberto terras além-Atlântico.

Garcia de Resende ⁶⁸ não foi mais prolixo do que Rui de Pina nas notícias da chegada a Lisboa de Cristóvão Colombo e da recepção que teve por parte do rei.

É plausível que D. João II tivesse afirmado a Colombo que as terras exploradas pertenciam a Portugal, por força das cláusulas estipuladas no tratado das Alcáçovas.

Efectivamente, Herrera ⁶⁹ dá-nos conta das diligências do embaixador Rui de Sande. Aos monarcas espanhóis repetia-se o que fora dito de viva voz a Colombo: para o sul do paralelo que passa pelo cabo Bojador e para Ocidente todas as terras pertencem a Portugal. E porque D. João II entendia que os Reis Católicos queriam continuar os seus descobrimentos a partir das Canárias para o poente, sem passar para o Sul, pedia-lhes que mandassem ao seu almirante que guardasse aquela ordem, pois ele mandaria os seus navios, quando fossem a descobrir, que não passassem para norte, o que está de acordo com o tratado celebrado 14 anos antes.

Baseando-se, portanto, no tratado, sancionado pela bula do Papa, e na lei de D. Afonso V, que estabelecia severas sanções contra os que o violassem, D. João II mandara aprontar os seus navios para se oporem aos desígnios Castelhanos.

Os Reis Católicos, ao terem conhecimento da decisão de D. João II, solicitaram que se não enviasse a armada, até se concluir, por meio de negociações, a quem pertenciam as terras descobertas ⁷⁰.

Anote-se que estes acontecimentos decorreram com rapidez, parecendo ter-se apoderado de ambas as Cortes certo nervosismo. Colombo chegara a Lisboa em 6 de Março, fora mandada aprontar a armada de D. Francisco de Almeida e Rui de Sande despachado para Castela em 6 de Abril. Na mesma altura, de Barcelona, os Reis Católicos incumbem Lope de Herrera (Ferreira, diz Pina), de comunicar oficialmente a Portugal o descobrimento colombino e pedir que proibisse a navegação para aquelas partes, pois o Almirante tomara posse das novas terras em nome de Castela.

6 — A INTERVENÇÃO DO PAPA ALEXANDRE VI

Lembrando-se os Reis Católicos que os direitos portugueses estavam salvaguardados pelas bulas de Nicolau V, Calisto III e Sisto IV, respectivamente a «Romanus Pontifex», a «Inter Coetera» e a «Aeterni Regis» ⁷¹ expediram a embaixada a Alexandre VI ⁷², também em Abril, para expor os problemas que inquietavam Castela e solicitar uma bula idêntica à que os seus antecessores haviam dado a Portugal. Efectivamente o Papa, a 3 de Maio, expede um Breve, «Inter Coetera», doando aos Reis Católicos as terras que a Ocidente não pertencessem a outros príncipes cristãos, remetido para Barcelona em 17 e chegado no fim do mês ⁷³. Em Julho é despachada a «Eximiae Deuotionis», mas antedatada, tornando mais claros os direitos de Castela e dando-lhe os mesmos

privilégios de que gozavam nas novas terras os Reis de Portugal. Como a divisão proposta, pelos embaixadores portugueses e pelo próprio Colombo, do Atlântico por um paralelo passando ao sul das Canárias não interessava aos Reis Católicos, pois só lhes daria a posse das Antilhas, foi mandado a Roma, em Junho de 1493, o arcebispo de Toledo, acompanhado de Diogo Lopes de Haro. Este dirigiu-se a Alexandre VI, em termos violentos, reprovando ostensivamente a política italiana, as vendas de benefícios e o auxílio aos mouros expulsos de Castela. Secretamente, punha-se o problema da partilha das novas terras, como se depreende do sermão que pregou em Roma Bernardo de Carvajal, em 18 de Julho, em que se salientava o que a Igreja devia a Castela, pois foram os soberanos daquele país que haviam submetido à sua autoridade as Canárias e lhe dariam as ilhas desconhecidas, as Índias, que se podem considerar as mais preciosas do mundo.

Desta acção diplomática derivou uma nova «Inter Coetera» antedatada, traçando a famosa linha ideal de partilha do Atlântico e das terras para um e outro lado dela, segundo sugestão colombina ⁷⁴. Parece que esta bula foi conhecida em Castela em Julho, e logo em Agosto foi dada a conhecer aos embaixadores portugueses.

Foi então que estes informaram ter ordens de D. João II para declarar que Portugal esperava descobrir a ocidente um continente «mais rico do que todos os outros» ⁷⁵.

Em 25 de Setembro saía Colombo para a sua 2.^a viagem, com o encargo expresso de saber se havia alguma verdade na declaração portuguesa, e naquele mês de Agosto conseguia-se ainda do papa a bula «Dudum Siquidem», chegada a Castela a 26 de Setembro ⁷⁶.

Dizia-se nela: «Como pode acontecer que os vossos enviados e capitães ou vassallos, quando navegarem para oeste ou para o sul, abordem a regiões orientais e aí descubram terras que pertençam à Índia, nós ampliamos e estendemos a nossa dita concessão... a todas as ilhas e terras que lá forem achadas ou a descobrir, navegando ou viajando, sejam elas nas regiões ocidentais ou nas regiões meridionais ou orientais». Declara nula e sem efeito, mesmo que já houvesse posse efectiva, as concessões feitas nas citadas regiões, «a reis, a príncipes, a infantes, a ordens militares ou religiosas». Esta bula, derogando todas as concessões anteriormente feitas a Portugal, poderia ser motivo de guerra com Castela. Assim pensou D. João II. Não estavam, porém, esgotadas as possibilidades de uma acção diplomática. Era preciso agir rapidamente, em Castela e em Roma. Um dos trunfos portugueses era a certeza de que os Reis Católicos não dispunham de poderio militar para fazer valer os direitos outorgados por Alexandre VI.

Outra bula, a «*Piis fidelium*», de 25 de Junho, da mesma data da anteriormente citada, concedia amplas faculdades, em matéria espiritual, a Fr. Bernardo Boil, que os Reis Católicos queriam mandar evangelizar nas novas terras, pressupondo, portanto, a necessidade de propagação da fé para fins de justificação, e, conseqüentemente a consolidação da soberania castelhana ⁷⁷. Num rápido balanço das cinco bulas conclui-se que abordam os problemas fundamentais e entre si se completam. Há nelas:

1.º — A doação aos reis de Castela das terras novamente descobertas, outorgando-lhes privilégios iguais aos que detinham os monarcas portugueses.

2.º — A separação por um meridiano das zonas de expansão lusitana e castelhana.

3.º — A concessão de amplas faculdades para que fosse levada a cabo a evangelização das terras descobertas.

4.º — A extensão dos direitos concedidos sobre as terras primeiramente achadas por Colombo às terras que viessem a ser achadas ainda mais a Ocidente, nomeadamente as Malucas, Cipango e o Catay, que ficariam para Castela.

Como se depreende do seu conteúdo, foi valiosa a acção diplomática dos embaixadores dos Reis Católicos em Roma, mas temos de sublinhar que Alexandre VI, senhor temporal do centro da Itália, temia os Reis Católicos, seus vizinhos poderosos ao sul, pois eram reis de Nápoles, e, intimamente, desejava um conflito luso-castelhano. Não se opondo a uma acção diplomática, convir-lhe-ia um desaire Castelhana.

Os interesses do Papa em Aragão, donde provinha a sua família, dificultavam-lhe o exercício do livre arbítrio.

7 — *A EMBAIXADA DE RUI DE PINA
E DO DR. PEDRO DIAS*

Colombo, entretanto, preparava, rapidamente a segunda viagem, e, em satisfação do pedido diplomático castelhano, D. João II escolhia novos embaixadores: Rui de Pina e o Dr. Pero Dias, que substituem Rui de Sande. Esta embaixada chegou a Barcelona em 15 de Agosto, portanto, quando já eram conhecidas as quatro primeiras bulas atrás citadas. Os embaixadores iam preparados para insistir na tese portuguesa da demarcação das zonas pelo paralelo que cortava o cabo Bojador, mas deparou-se-lhes

a situação criada pelas bulas, que previam a repartição das terras pelo meridiano referido.

Numa carta dos Reis Católicos para Colombo, de 5 de Setembro, publicada por Navarrete, lê-se: Ya sabreis como nos habemos escrito que el Rey de Portugal enviaba a Nos sus mensajeros a entender sobre lo que le habemos escrito con Lope de Herrera, que ficiese pregonar em su Reino que ninguno fuese a la parte que es nuestra e pertenece a Nos, los cuales venieron aqui, y con elles se ha platicado en el negocio, y creemos que no se poderá concertar porque ellos no viessen informados de lo que es nuestro, y creemos que querram consultar con el Rey de Portugal.»⁷⁸

Na mesma carta escreve-se ainda:

«... despues de la venida de los portugueses, en la plática que con ellos se ha habido, algunos quieren decir que lo que está en médio desde la punta que los Portugueses llaman de Buena Esperança, que está en la rota que ahora elles llevan por la Mina del Oro é Guine a abajo... *pensam que poderá haver Ilhas e ainda terra-firme...*»⁷⁹

E comunicavam ainda a Colombo, nervosamente:

«Já sabeis que nos escrevestes que havíeis sabido que da ilha da Madeira tinha partido uma caravela a descobrir ilhas ou terra a outras partes a que não foram os portugueses até agora; e estes mensageiros do rei de Portugal dizem-nos que aquele que foi na caravela o fez sem ordem do rei de Portugal e que o rei havia mandado atrás dela outras três caravelas para o tomar; e poderia ser que se fizesse isto com outras intenções, ou que os mesmos que foram nas caravelas, umas e outras, queriam descobrir algo que nos pertence.»⁸⁰

Não será inútil assinalar a possibilidade de em 1493 os portugueses terem chegado às costas do Iucatão, sendo

portanto os primeiros descobridores da terra firme do continente americano. Ph. J. J. Valentini expôs esta teoria na revista da Sociedade de Geografia de Nova Iorque, dos anos de 1888 e seguintes, e resumiu-a num artigo da «Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin», 1898, pp. 254-282, encabeçando-a com as seguintes linhas: «Os portugueses, no ano de 1493, foram os primeiros e Pinzon-Solis (em 1508) os segundos descobridores do Iucatão.» Destes segundos descobridores — devia acrescentar-se — o piloto João Dias de Sólis é português.⁸¹

Demonstra-se assim que D. João II mandara informar os Reis Católicos que não consentiria navegações para terras que considerava suas, por se acharem no Ocidente e abaixo do paralelo do cabo Bojador, isto porque sabia da sua existência pelas expedições anteriores a Agosto de 1493, uma sem o seu conhecimento (?) e outra para apresar a primeira! Ora os Reis Católicos, que haviam pedido que a armada de D. Francisco de Almeida não partisse sem se chegar a acordo, não se deveriam deixar iludir sobre as intenções do Rei de Portugal.

É natural que essas caravelas portuguesas tenham seguido uma rota aproximada à de Colombo e que tivessem regressado a Portugal antes de ser assinado o tratado de Tordesilhas. Uma dessas expedições seria a que aportou ao Iucatão?

8 — UMA EMBAIXADA CASTELHANA

A falta de certeza dos seus direitos, o desejo de evitar um conflito armado com Portugal, uma imperfeita localização das ilhas que Colombo descobrira, levavam os

Reis Católicos a ordenar a preparação urgente de 2.^a expedição, para efectuar um reconhecimento no Atlântico *mais ao sul*, e a dilatar a solução do conflito com o envio de uma embaixada a Portugal. Esta embaixada serviu, afinal, também os desígnios portugueses, embora na altura o rei não pudesse prever, pois temia que Colombo, navegando mais para o sul, descobrisse novas terras.

Os embaixadores afirmavam que tinham por certo que não pertenciam ao rei de Portugal em todo o Mar Oceano mais do que as ilhas da Madeira e dos Açores e de Cabo Verde e as outras ilhas que então possuíam, e o que haviam descoberto das Canárias para baixo *contra a Guiné, com suas minas de ouro e tratos*: «Porque isto era somente o que ficou ao Rei de Portugal e lhe podia pertencer pelo capítulo das pazes», e a mais nada tinha direito. Que o próprio rei de Portugal o reconhecera tacitamente, recebendo com gosto a notícia da viagem de Colombo, «e foi muito contente que navegasse por todo o mar Oceano, com que não passasse das ilhas Canárias contra a Guiné, que era aonde costumava enviar as suas armadas». E, finalmente, estavam dispostos ou a que o assunto se resolvesse entre os dois reinos ou pela «corte de Roma»⁸².

Não é portanto somente uma manobra dilatória⁸³ embora a embaixada seja «sem pés nem cabeça»⁸⁴, como D. João II a classificou. Há aspectos que convém salientar. Os embaixadores, de facto,

a) expendiam, como tese oficial castelhana, a interpretação do tratado de Alcáçovas que Portugal recusara;

b) habilmente invocavam a aprovação tácita por Portugal do feito colombino, e, portanto, a tomada de posse das Antilhas em nome dos Reis Católicos;

c) tendo já conhecimento das bulas papais, faziam jogo com elas, embora abrissem a porta a negociações discretas entre os dois países.

9 — INTERVÉM NOVOS ELEMENTOS NAS NEGOCIAÇÕES

Os Reis Católicos não podiam contar com uma reacção favorável aos pontos *a)* e *b)* acima apontados por parte de D. João II, mas este consentiu em negociações directas. Sabia D. João II do interesse dos Reis Católicos na união das coroas portuguesa e castelhano-aragonesa, já manifestado na alegria do casamento de sua filha com o infeliz príncipe D. Afonso. Era legítimo herdeiro da Coroa D. Manuel, duque de Beja, intimamente ligado à Casa de Bragança, unida por laços de sangue a Fernando e Isabel. Via-se a possibilidade do casamento de D. Manuel com a herdeira de Castela e de, mais tarde, um filho do casal reunir as coroas de todos os reinos peninsulares, objectivo político tão querido dos Reis Católicos.

Ora, D. João II tivera de Ana de Mendonça um filho, D. Jorge. Estava o rei completamente desligado da Casa de Bragança, que sempre o hostilizara. Se D. Jorge fosse legitimado seria o futuro rei de Portugal e nada fazia prever que a Casa de Avis, chefiada por D. Jorge, e os Reis Católicos se pudessem entender. Entre os membros da casa de Avis e os de Bragança sempre se patenteara grande hostilidade, que tanto sangue fizera derramar. Mostrou-se D. João II disposto a legitimar D. Jorge. O conhecimento deste facto causou tanto alarme em Castela que Fernando e Isabel solicitaram ao rei de Portugal que não levasse a efeito o seu intento ⁸⁵.

Não só lhe escreveram nesse sentido mas enviaram até uma embaixada, e, assim, novos rumos se abriram a Portugal no acordo em preparação. Como se vê, o interesse de D. João II pela expansão no Atlântico é tal que usou de todas as pedras do seu tabuleiro de xadrez político. Renunciaria à legitimação de D. Jorge se os Reis Católicos deixassem de invocar nas negociações entre os dois países o peso das bulas papais.

Não terminavam, com as navegações atlânticas, ou a legitimação de D. Jorge, os atritos entre os dois Estados peninsulares. Havia ainda para negociar o problema das fronteiras em África e na Península, a questão das pescarias na costa africana e a dos homiziados ⁸⁶.

Os Castelhanos salteavam nos mares do cabo Bojador e pescavam em pesqueiros situados na zona de soberania portuguesa, reconhecida pelo tratado das Alcáçovas. Pretendia-se regular este problema de grande interesse económico para as populações andaluzas e algarvias. Por outro lado, havia que pôr termo às contendas que uma defeituosa delimitação junto a Badajoz tornava frequentes entre portugueses e castelhanos. Também entre a vila de Aroche, terra de Sevilha, e o lugar de São Gilésimo, terra de Moura, havia frequentes conflitos entre os habitantes, por causa da terra chamada de «Val Formoso» ou «Valhermoso», e, finalmente, sobre os limites do reino de Fez, nos termos de Melilla a Gazaza ⁸⁷. Pretendia-se que os homiziados de Castela se afastassem para mais de 5 léguas das fronteiras, a fim de evitar que passassem de um reino para o outro, e também que se restituíssem em Castela os bens pertencentes a D. Afonso de Monroy, que tinha passado para o partido de D. Afonso V na guerra de sucessão de Espanha ⁸⁸.

Os Castelhanos queriam ter o direito de saltar e pescar na costa marroquina, até ao cabo Bojador, e que na delimitação do reino de Fez, do «cabo do Estreito» ao levante, se incluisse a seu favor Melilla e Gazaza e seus termos. Que na parte do Poente se estudasse a delimitação até aí imprecisa, num curto período de tempo, não se podendo tomar Meça, até que ficasse decidido o problema dos limites ⁸⁹.

Em Março de 1494, D. João II dá plenos poderes a Ruy de Sousa, D. João de Sousa e Aires de Almada, seus embaixadores em Castela, para tratarem e ajustarem os pormenores relativos ao tratado que se iria celebrar em Tordesilhas, depois de resolvidas as questões envolventes, a que fizemos acima referência ⁹⁰.

Efectivamente, o trabalho do Dr. Vasco Fernandes, na corte castelhana, para a demarcação das terras entre os cabos Bojador e Não, como sobre as pescarias que os castelhanos lá iam fazer ⁹¹ e a garantia de que D. Jorge não subiria ao trono de Portugal, levaram Castela a negociar directamente com Portugal e a consentir no afastamento para 370 léguas de Cabo Verde do meridiano raia dos dois Estados, no Atlântico, previsto na bula de Alexandre VI.

10 — A FASE FINAL DAS NEGOCIAÇÕES

São de 18 de Março de 1494 as «instruções» de D. João II sobre os termos de demarcação que se iria ajustar. Pode afirmar-se, na linha dos modernos historiadores, que o tratado de Tordesilhas assegurou a paz entre Portugal e Castela. No entanto, como se verificará, D. Manuel esteve à beira de um conflito, a que se não chegou devido ao seu casamento com a filha dos Reis Católicos, e ao seu

juramento como herdeiro do trono de Castela, mas somente pelo tratado de Sintra se afastou, definitivamente, o perigo de guerra ⁹².

O acordo dos reis de Castela aos termos por nós propostos para o tratado de Tordesilhas deveu-se ainda, finalmente, à informação que estes receberam, de uma caravela que Colombo despachara de retorno a Castela, na segunda viagem, de que não encontrara terras à quem das 370 léguas da linha de demarcação que os portugueses exigiam. Sabe-se que nessa importante expedição, de 17 navios, também participou o melhor cartógrafo castelhano, Juan de la Cosa. A viagem iniciou-se em Cadiz, em 25 de Setembro de 1493, e em 3 de Novembro chegava Colombo à Dominica ⁹³. Na sua derrota, seguiu a armada bastante mais ao sul, alcançando, a cerca de 35° de longitude, o paralelo de Cabo Verde. De aí navegou mais para o sul ainda, numa clara exploração, recomendada pelos Reis Católicos, na carta atrás referida. Antes da assinatura do tratado pensavam os Reis Católicos que até 370 léguas além de Cabo Verde se não encontrariam terras, mas mesmo assim não confiavam inteiramente na informação de Colombo e fizeram incluir uma cláusula sobre as terras que os castelhanos viessem a achar entre as 250 e as 370 léguas além de Cabo Verde, nas navegações em curso até 20 de Junho de 1494, isto é, até que tivessem notícias mais seguras dos resultados das explorações empreendidas pelos irmãos Colombo.

Todos estes indícios denotam, claramente, que os Reis Católicos tinham também razões para tomar a sério a afirmação de D. João II de que mais ao austro, na zona ocidental, havia terras que os portugueses tinham descoberto.

Como anteriormente se diz, Juan de la Cosa fizera parte da exploração de 1493. Num mapa que o grande cartógrafo espanhol elaborou apontava-se um trecho do actual Nordeste Brasileiro, aquém do meridiano de Tordesilhas, com uma grande ilha, em local que corresponde imprecisamente à região brasileira que do cabo de S. Roque se estende até ao cabo Branco, com a seguinte legenda: «Ylla descubierta por portugal». Ora, a carta foi elaborada com os conhecimentos obtidos nas viagens dos Castelhanos de 1493 a 1499, e apareceu em 1500. Seria possível Juan de la Cosa conhecer os resultados das expedições portuguesas anteriores à assinatura do tratado de Tordesilhas? A tal *ilha* representava o litoral do nordeste brasileiro. Que estas viagens se realizaram, parece que não há que duvidar, por um documento castelhano: D. João II «se movió com mucha priesa a enbiar una armada suya a esas yslas y tierras firmes. La qual navegacion y trato y manera de las gentes de aquellas tierras con gran diligencia procuró de saber por formas y artes de los pilotos y marineros y gentes que venian con el dicho almirante, a los cuales hizo mercedes y dadivas de dineros e allende deste mandó sacar los marineros portugueses que veniam con el dicho Almirante para que fuerem pilotos de la dicha armada y la llevaren por ese camiño a las dichas yslas y tierras firmes y le informasen mas enteramente de todo.»⁹⁴

Diz-se que marinheiros portugueses tomaram parte na 1.^a viagem colombina e parece que teriam servido de pilotos nos navios que em 1493 saíram da Madeira⁹⁵.

Se, como é de crer, a viagem foi conduzida por pilotos cujos conhecimentos derivavam da viagem de Colombo, o mais provável é que as terras visitadas fossem as da América Central e não o litoral brasileiro. Assim, pode-se

admitir que a ilha portuguesa figurada por Juan de la Cosa era conhecida antes de 1493, presumivelmente pelo próprio Colombo.

Mas que documento é esse de que citámos esta passagem? Jaime Cortesão ⁹⁶, ao reputá-lo de «excepcional valor», analisou-o, por constituir uma história sucinta das negociações de Tordesilhas.

Trata-se da «Informacion sobre el derecho que tienen los Reys Católicos a las Indias e Islas del Mar Oceano y acerca de las diferencias que teniam con el rey D. Manuel de Portugal por la propiedad de dichas islas». Ali faz-se uma história sucinta das negociações:

«Y asi mismo se prueba porque no es creer que S.S.A.A. estas dichas 270 leguas para que el dicho Señor Rey de Portugal e sus naos entrasen ni navegasen por otra puerta ni entrada indirecta porque claro es se puede decir que fué engaño, por haberse hecho contra la intencion del dicho asiento y en quebrantamiento del.» E mais adiante acrescenta: «La tercera (razão) es que El Rey e la Reyna de Castilla y Aragon le dieron las dichas 270 leguas... porque tubiese que navegar y descubrir y porque non tubiese el que está en Asia, Arabia, Persia, e Índia, ni en las islas que son al austro de sus tierras, de que ya tenian donacion y posesion; y se creron que el o sus sucessores no habrian de guardar el dicho asiento y (...) habian de entrar en el resto por formas cautelosas y atajos y contraminas. SS.AA. enbiarian luego sus naus por Asia, en India, Persia, Arabia y en la Mar Bermeja y en Africa hasta el Cabo de Boa Esperança...»

«Cabe perguntar — junta Cortesão —, como puderam os Reis Católicos e mais que tudo Colombo cair em semelhante logro? É evidente, neste caso, que a explicação

está na política de segredo com que o monarca português escondeu os seus objectivos...»

«... se o Rei (D. João II) defendia por via diplomática e ameaça de guerra a posse duma terra ao sul do paralelo das Canárias, que não era África e ao mesmo tempo está “mui alongada das ilhas descobertas por Colombo” não se tornava necessária uma agudeza extrema para concluir que essas terras deviam ficar a ocidente de África para o Sul. Não é, pois, inteiramente de estranhar que, a 5 de Setembro de 1493, ou seja pouco depois dos embaixadores portugueses formularem a sua proposta, os Reis Católicos escrevessem a Colombo informando-o de que Portugal tinha conhecimento da existência de terras a poente que “se crê que são muito proveitosas e mais ricas que todas as outras; e porque sabemos que disto sabeis vós melhor do que ninguém, vos rogamos que logo nos enviéis o vosso parecer sobre isto, porque se convier e vos parecer que tal é, se emende a Bula; que por isso, por nosso serviço, rogamos que nos escrevas logo...”»

Bartolomeu Colombo soube em França do descobrimento do irmão. Las Casas alude à oferta dos irmãos Colombo ao rei de Inglaterra e ao de França ⁹⁷. Mas Bartolomeu seguiu para Castela tentando encontrar-se com Cristóvão. Não o encontrou já, pelo que devia ter chegado depois de 25 de Setembro, data do início da 2.^a viagem. Os Reis Católicos forneceram-lhe, no entanto, três navios e Bartolomeu desembarcou na ilha Hispaniola em 14 de Abril de 1494, levando decerto instruções dos Reis Católicos e notícias das negociações luso-espanholas, até Fevereiro de 1494.

Como se viu, e até então, decorriam as negociações em Simancas e o tratado de Tordesilhas estava já preparado em 7 de Março, concebendo-se que em Fevereiro

estivessem praticamente concluídas as negociações. Dos pormenores ia inteirado Bartolomeu Colombo e não é de estranhar que a sua derrota (a 3.^a viagem castelhana ao Poente) fosse preparada por forma a fazer largo reconhecimento no Atlântico e mandar novas aos reis dos resultados a que porventura chegasse. E, como diz Las Casas, as instruções decerto conteriam ordens para que Cristóvão Colombo e o irmão, até 20 de Junho, tomassem posse do maior número de terras possível ⁹⁸. Colombo, porém, não conseguiu reconhecer mais do que o sul de Cuba e a Jamaica e regressou desapontado a Isabela.

Entretanto, em 7 de Março de 1494, foi assinado um tratado entre Portugal e Castela sobre a «pescaria» do mar em África e os «limites do reino de Fez», ratificado pelos Reis Católicos, em Arévalo, a 2 de Julho de 1494 ⁹⁹.

11 — CONFIRMAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES DE SIMANCAS COM AS BULAS PAPAIS

Conjugando as negociações luso-castelhanas que antecederam a celebração do tratado com as bulas papais, poder-se-ão estabelecer as seguintes conclusões:

a) Colombo, quando aportou a Lisboa, em 6 de Abril de 1493, deu a notícia a D. João II de que chegara à Índia navegando no Atlântico para Poente. O rei não o acreditou porque já sabia da rota para a Índia e das ilhas e terra firme que bordam a margem oposta do Atlântico central e sul, o «mar da Guiné», de que era senhor, reconhecido pelo tratado de Alcáçovas e pelo Papa. O próprio Colombo não estaria intimamente convencido de que chegara à Índia, embora que conviesse afirmar o contrário.

b) Mal chegara a Barcelona, com a nova do seu descobrimento, os Reis Católicos, iludidos por Colombo, despacham uma embaixada ao papa Alexandre VI e alcançam a bula «Inter Coetera», de doação das terras a ocidente, que não pertencessem a outros príncipes cristãos.

c) Rui de Sande, em Abril de 1493, vai a Barcelona protestar contra a intromissão castelhana nas terras de Portugal, invoca o tratado das Alcáçovas e as bulas papais. Indiscretamente, dá a conhecer a Castela que os portugueses sabiam da existência dessas terras visitadas por Colombo. Aconselham-se os Reis Católicos com o seu Almirante e fazem nova diligência junto do papa que, a 3 de Julho de 1493, pela bula «Eximiae deuotiones», antedatada de 3 de Maio, confirma a anterior e amplia os privilégios concedidos aos Reis Católicos, nas mesmas bases em que haviam sido dados pelos seus antecessores aos portugueses. Anote-se que esta bula permite distinguir entre o descobrimento e o comércio e a evangelização, pois o primeiro *não fora realizado por Colombo*, mas o comércio e a evangelização, *a que os portugueses se não tinham dedicado nas terras descobertas, podia pertencer agora a Castela que as explorara e ocupara primeiro que os portugueses*.

d) O embaixador Rui de Sande foi substituído por Rui de Pina e Pero Dinis, em Junho de 1493. Propõem a Fernando e Isabel um tratado no qual se admitia um meridiano de partilha das terras, mas só relativamente às que no futuro fossem descobertas, pois as anteriormente achadas pertenciam de direito a Portugal, concedidas pela bula «Romanus Pontifex», que abrangia não só direitos de ordem espiritual mas também de ordem económica¹⁰⁰.

Aliás, os direitos portugueses não eram objecto de controvérsia nas restantes Cortes europeias. O próprio

imperador dos Romanos, na sua carta de 14 de Julho de 1493, antes de ter conhecimento do feito de Colombo, confirma a nossa afirmação ¹⁰¹.

A carta, de que era portador o Dr. Monetário, de Nuremberga, repetia os argumentos de Toscanelli: a proximidade entre os Açores e o Oriente, as opiniões de Aristóteles, Séneca e d'Ailly e a similitude do meio físico afro-asiático. Maximiliano prontificava-se a enviar a Portugal Martinho da Boémia, para vir comandar a frota portuguesa. Diz-se: «Maximiliano, invictíssimo rei dos Romanos quiz convidar tua magestade a buscar a terra oriental do Catay mui rica... Como admite Aristóteles no final do Livro II *Do Céu e do Universo*, e como afirma Séneca no Livro V da sua *História Natural*, e Pedro d'Ailly, o mais culto dos cardeais do seu tempo, e outros muitos homens ilustres, assim também eu afirmo que o princípio do Oriente habitado da Terra encontra-se muito perto do Ocidente habitável. Prova disso são os elefantes, tão numerosos em uma e outra região, e as canas das costas do Oriente que a tempestade leva até aos Açores. Assim, são inúmeras as provas, e posso afirmar que seguras, donde se deduz claramente que em poucos dias poderia cruzar-se aquele mar em direcção do Catay oriental...»

E prossegue:

«Tens meios e riquezas em abundância, tens marinheiros experimentados que queriam conquistar a imortalidade e a glória. Que fama a Tua se por Ti o Oriente habitável fosse conhecido do Ocidente, e que benefícios não viriam para o comércio! Serão tributárias tuas ilhas do Oceano, e monarcas assombrados submeter-se-ão à Tua soberania.»

Há na carta uma alusão às terras do Novo Mundo, das quais se conheciam 300 léguas da costa, à sua

«grandíssima população» e uma, mais velada, a um descobrimento realizado pelos navios portugueses, a Poente. Jaime Cortesão relaciona esta alusão com a viagem realizada em 1476 por Diogo de Teive ¹⁰².

A carta transcrita em parte é datada do mês em que foi publicada a bula «Eximiae Deuotionis» concedendo aos Reis Católicos privilégios idênticos aos do rei de Portugal concedidos pela bula «Romanus Pontifex».

e) O mensageiro Ferreira, citado por Rui de Pina, viera a Portugal pedir que se suspendesse a armada que D. João II mandara preparar a D. Francisco de Almeida e sugeria que se realizassem negociações para partilha do Atlântico segundo um meridiano situado 100 léguas além dos Açores e Cabo Verde.

f) A embaixada de D. Garcia Carvajal e de Pero de Ayala defendeu a interpretação castelhana do tratado das Alcáçovas e invocou as bulas de Alexandre VI. D. João II respondeu com os direitos que lhe conferia a bula «Romanus Pontifex». Foi depois disso que o papa expediu a bula «Piis fidelium» a favor dos Reis Católicos, completando a série anterior, no campo espiritual.

Entretanto, em Castela, apresentou-se a contra-proposta portuguesa. Aceitar-se-ia um meridiano para demarcar as zonas de expansão no Atlântico, passando a 370 léguas de Cabo Verde. E introduziam-se, habilmente, nas negociações problemas do maior interesse para Castela: os pesqueiros da costa marroquina e do Rio do Ouro, os limites do reino de Fez e a legitimação de D. Jorge.

g) A nova proposta de D. João II levou os Reis Católicos a solicitar do Papa nova bula: a «Dudum Siquidem». Essa referia-se claramente às ilhas das Especiarias, situadas além das terras descobertas por

Colombo, pensando os Reis Católicos que assim lhes ficaria assegurado o seu domínio.

b) Entrou-se depois em negociações directas, em Simancas, na qual tomaram parte juristas, técnicos e os melhores marinheiros de ambos os países. Estas conversações são rápidas, pois os embaixadores tinham concluído o essencial. Tratava-se, portanto, de dar forma a um problema de ordem técnica e jurídica. Convenceram-se os Reis Católicos de que as bulas lhes asseguravam direitos que o tratado não impediria que fossem efectivamente exercidos, pois aquém das 370 léguas de Cabo Verde não se encontrariam terras que lhes interessasse possuir.

D. João II era de outro aviso. Sabia que dentro dessas 370 léguas estavam terras que serviriam de base aos meios de comércio com o Oriente e que, portanto, lhe eram necessárias.

12 — ANÁLISE DO TEXTO DO TRATADO DE TORDESILHAS

Finalmente, atingiram-se condições de análise do tratado de Tordesilhas.

Esta, poderá assim efectuar-se:

a) Depois da exposição do objectivo e das procurações seguem-se os termos do tratado e finalmente o fecho. O objectivo era fazer «tracto e concordia» na delimitação do Atlântico, por uma linha traçada de pólo a pólo, pondo-se, assim, termo ao desentendimento entre os dois países, acerca do que a cada um deles pertencia ou estava por descobrir. Prometia-se respeitá-lo solenemente, em vida dos contraentes e dos seus sucessores. As procurações

para contratar foram passadas por D. João II aos seus embaixadores, a 8 de Março de 1494, e pelos Reis Católicos a 5 de Junho do mesmo ano. Por Portugal contratavam Rui de Sousa, D. João de Sousa e o licenciado Aires de Almada. Por Castela, D. Henrique Henriquez, D. Goterre de Cardenas e o Dr. Rodrigo Maldonado ¹⁰³.

b) Nos termos do tratado:

1.º — Traçar-se-ia uma linha direita, de pólo a pólo, pelo Atlântico, a 370 léguas a Poente das ilhas de Cabo Verde, por graus ou por outra forma que se considerasse mais rápida.

2.º — O que fora descoberto por Portugal até à data da celebração do Tratado, *ilhas e terra firme*, a nascente da dita linha, quer para o norte quer para o sul de Cabo Verde, como o que se poderia vir a descobrir, pertenceria a Portugal. Tudo o que ficasse além da dita linha, nas mesmas condições, descoberto ou por descobrir, ficaria para Castela.

3.º — A partir daquela data os dois países não mandariam navios seus a descobrir, contratar, resgatar ou conquistar na zona reservada ao outro.

4.º — Se, porém, navios castelhanos ou portugueses, navegando na zona reservada a Portugal ou a Castela, efectuassem qualquer descobrimento, entregá-lo-iam logo ao outro contraente.

5.º — Para que a demarcação fosse perfeita, nos 10 meses seguintes à celebração do Tratado, os Reis de Portugal e de Castela enviariam duas ou quatro caravelas (uma ou duas de cada parte), ou mais ou menos, se tal se viesse a acordar, devendo a expedição conjunta partir da Grã-Canária. Nas caravelas seguiriam igual número de peritos das duas partes (pilotos, astrólogos, marinheiros e

quaisquer outras pessoas que conviesse) devendo alguns castelhanos embarcar nos navios portugueses e alguns portugueses embarcar em navios castelhanos, para que «juntamente possam melhor ver e reconhecer o mar e os rumos e ventos e graus do Sol e Norte e assinalar as léguas sobreditas»¹⁰⁴.

6.º — Os navios deveriam seguir conjuntamente da Grã-Canária para Cabo Verde e de ali tomariam a sua rota direita para o Poente até às 370 léguas medidas pelos peritos, fazendo-se ali o ponto, desde que todos estivessem conformes.

7.º — Se a raia tocasse uma ilha ou terra firme fosse assinalada e de aí em diante pela ilha ou terra firme se marcassem também sinais¹⁰⁵.

8.º — Era facultada a navegação livre aos navios castelhanos pelos mares portugueses, para que pudessem alcançar a zona reservada aos descobrimentos castelhanos, desde que seguissem «por seus caminhos direitos e rotas desde os seus reinos para qualquer porto do que está dentro da sua raia e limite onde quiserem mandar a descobrir e conquistar e contratar», não podendo apartar-se da rota por tempo contrário. E se por esse motivo encontrassem algo deviam entregá-lo a Portugal.

9.º — Se os navios castelhanos achassem, até 20 de Junho de 1494, ilhas ou terra firme dentro da linha a que o tratado se referia, se dentro das 250 léguas primeiras a poente de Cabo Verde, ficariam para Portugal, mas todas as ilhas ou terras, além dessa distância, nas 120 léguas seguintes, ficariam para Castela.

10.º — Garantia-se o cumprimento futuro do estipulado no tratado das Alcáçovas acerca da posse das ilhas Atlânticas.

11.º — Os procuradores portugueses e castelhanos juravam não pedir nem usar de uma possível absolvição ou relaxação que o Papa concedesse, que lhes permitisse faltar ao juramento que faziam em nome das partes contratantes.

12.º — Procurar-se-ia que o Papa expedisse bulas para Portugal e Castela confirmando o Tratado.

13.º — Prometiam os procuradores que o tratado seria ratificado nos cem dias seguintes à sua assinatura.

Assinaram, por parte de Castela, 2 procuradores, 3 testemunhas e 1 secretário e por parte de Portugal, 3 procuradores, 3 testemunhas e 1 secretário ¹⁰⁶.

As assinaturas são de D. Henrique, comendador mór, Rui de Sousa, D. João de Sousa, Dr. Rodrigo Maldonado, licenciado Arias e as testemunhas Pedro de León, Fernando de Torres, Fernando de Gomaria, João de Sequeira, Ruy de Leme e Duarte Pacheco Pereira. Secretários foram Fernando de Toledo e Estêvão Vaz. Esteve presente Fernão, duque de Estrada ¹⁰⁷.

IV / OS PORTUGUESES RUMO AO ORIENTE

1 — *A VIAGEM DE VASCO DA GAMA PARA A ÍNDIA*

Da viagem de Bartolomeu Dias ao Índico concluíra-se que as navegações para o Oriente, ao longo da costa de África, não seriam possíveis com os navios da época, devido às condições e regime de ventos e correntes contrárias, no Atlântico, encontradas na ida e no regresso. Assim, realizaram-se várias expedições tendo em vista a exploração das possibilidades de viagem pelo sudoeste do Atlântico.

Diz Gago Coutinho, que estudou as rotas dos navegadores portugueses, nomeadamente as de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral, que «nessa exploração fora encontrada a sotavento uma terra corrida, a do futuro Brasil, a qual seria preciso montar até que, cerca de oito graus de latitude, ela se inclinava para sudoeste. Para tal fim impunha-se o cuidado de não cortar o equador muito além do meridiano das ilhas de Cabo Verde, o que, no Verão, por causa da monção do sul, obrigava os navios a irem tomar barlavento a noroeste. Só de várias viagens de exploração é que se poderia ter concluído que não era preciso alongar a bordada inicial, para sueste, indo mais a oriente que o Cabo das Palmas, que ficava um cento de léguas antes da Mina. Com esta bordada já os navios

conseguiriam sempre, na volta do mar, ir montar aquela parte da costa que vinha mais a nascente — hoje chamada de Pernambuco — donde depois se podia ganhar sul sem ter de costear África, tanto como fizera Bartolomeu Dias.

Tal é, muito provavelmente, a origem técnica da versão das caravelas secretas que D. João II mandara partir de Cabo Verde — não a atraçoar Colombo, como contam colombinos — mas para sudoeste, onde convinha verificar qual a posição e efeitos das terras, se por ali as houvesse ¹⁰⁸.

Diz João de Barros que, falecido D. João II, D. Manuel, que herdara o reino, «também herdara o prosseguimento de tão alta empresa como seus sucessores tinham tomado — que era o descobrimento do Oriente por este nosso mar oceano, que tanta indústria tanto trabalho e despesa, por discurso de setenta e cinco anos, tinha custado —, quis logo no primeiro ano do seu reinado mostrar quanto desejo tinha de acrescentar à coroa destes reinos novos títulos sobre o senhorio da Guiné...» ¹⁰⁹

Em 1496, D. Manuel reuniu os seus conselheiros em Montemor-o-Novo, divergindo as opiniões sobre a oportunidade e conveniência do descobrimento. Temia-se que o reino arranjasse «novos competidores, do qual caso já tinham experiência no que se movera entre el-rei D. João e el-rei D. Fernando de Castela sobre o descobrimento das Antilhas...» ¹¹⁰

Finalmente, assentou o Rei em prosseguir o descobrimento. Em Estremoz declarou que mandaria Vasco da Gama, não só pela confiança que nele depositava mas também porque D. João II já tencionara mandar seu pai, Estêvão da Gama, a essa descoberta ¹¹¹.

A construção das naus foi dirigida por Bartolomeu Dias, que ditou a derrota de Vasco da Gama.

Na entrada de Julho do ano de mil quatrocentos e noventa e sete ¹¹² mais precisamente a oito, um sábado, segundo o «Roteiro», de Álvaro Velho, a armada partia do Restelo ¹¹³. Compunham-na 3 naus e 1 caravela: a «S. Gabriel», de 90 toneladas, comandada pelo capitão-mor Vasco da Gama, levava como piloto o famoso Pero de Alenquer, que já o fora de Bartolomeu Dias, na viagem de 1487-1488; a «S. Rafael», de 90 toneladas, capitaneada por Paulo da Gama e pilotada por João Coimbra; e a «Bérrio», de 50 toneladas, com o capitão Nicolau Coelho e o piloto Pero Escobar, que iria depois na armada de Cabral; e uma nau de mantimentos, de 110 toneladas, capitaneada por Gonçalo Nunes.

Ao fim de treze dias foram ter à ilha de Santiago, onde tomaram algum refresco ¹¹⁴.

De aí partiram «em leste», segundo o «Roteiro», a 3 de Agosto. Bartolomeu Dias, indo para a Mina, meteu ao sueste, rumando para a Guiné e, conseqüentemente, com ele Vasco da Gama, até à altura da Serra Leoa. Porém, separaram-se por aí, e Vasco da Gama tomou o caminho do largo, a contornar em arco pelo oeste o alíseo de SE.

Reproduza-se este importante passo do «Roteiro»:

«E em 22 do dito mês (de Agosto), indo na volta do mar ao sul quarta do sudoeste, achámos muitas aves, feitas como garções, e, quando veio a noite, tiravam contra o sueste muito rijas como aves que iam para terra; e neste mesmo dia vimos uma baleia, e isto bem 800 léguas em mar.» ¹¹⁵

A 27 dias do mês de Outubro, vésperas de S. Simão Judas, que era sexta-feira, «achámos baleias, e umas que se chamam focas e lobos marinhos» ¹¹⁶.

Uma quarta-feira, primeiro dia do mês de Novembro, «que foi dia de Todos-os-Santos, achámos muitos sinais

de terra, os quais eram uns golfões que nascem ao longo da costa»¹¹⁷.

Aos quatro dias do dito mês, «sábado ante manhã, achámos fundo de 110 braças ao mais. E, às nove horas do dia, houvemos vista de terra...»¹¹⁸.

Barros acrescenta: «E a primeira terra que tomou antes de chegar ao Cabo da Boa Esperança, foi a baía a que ora chamam de Santa Helena (havendo cinco meses que era partido de Lisboa), onde saiu em terra para fazer aguada, e assi tomar a altura do sol; porque, como do uso do astrolábio para aquele mister da navegação havia pouco tempo que os mareantes deste reino se aproveitavam, e os navios eram pequenos, não confiava muito de a tomar dentro neles por causa do seu arfar.»¹¹⁹

Corresponde este passo das Décadas, como os que se seguem, a uma parte do canto V dos Lusíadas¹²⁰.

A viagem durou de Santiago a Santa Helena 94 dias. O conhecimento incompleto do regime dos ventos no Atlântico Sul não lhe permitiu «o ir de rumo feito dobrar o Cabo» como nota Gago Coutinho, e, assim, avistou terra africana, em Santa Helena.

Confirma-se, pelo «Roteiro», que teria navegado não muito longe da costa brasileira, pelas referências a aves, que não mais de 50 léguas se afastariam da costa.

Gago Coutinho assim comenta tecnicamente a viagem de Vasco da Gama:

«Esse Descobrimento do Mar — impulsionado pelo Infante D. Henrique — não se poderia fazer de golpe, de repente: foram necessárias repetidas viagens para se descobrirem os ventos gerais, por vezes variáveis com a estação do ano. Assim, no caso da viagem à Guiné, o vento nordeste permitia ir-se lá em rota directa, ao longo da costa de África, ao passo que a volta já tinha que ser

feita em rota indirecta, pelo mar largo, contornando em arco os citados ventos do nordeste, que dominam para o sul das Canárias. Ia-se, assim, passar no Atlântico Central, no Mar de Sargaço e no dos Açores. Foi nessa volta que se descobriram as ilhas de Cabo Verde... o conhecimento dos ventos gerais do Atlântico Sul permitiu, depois, fazer as viagens com as naus — navios de panos redondos — as quais, apesar de serem piores navios de vela que as caravelas, tinham a vantagem de carregar mais abastecimentos e mais mercadorias.

É por esta razão que, na viagem de Vasco da Gama, já só iria uma caravela — navio ligeiro próprio para reconhecimentos — sendo naus os outros três navios.»¹²¹

A 22 de Novembro, após várias tentativas, os navios de Vasco da Gama dobram o Cabo da Boa Esperança; e três dias depois entram na «Angra de Sam Brás», onde se desfazem da nau de mantimentos e erguem um padrão. A 25 de Dezembro passam à vista da actual costa do Natal. De aí para diante afastam-se da costa, conhecida como perigosa, e a 24 de Janeiro entram no «Rio dos Bons Sinais». Em Março aterram na ilha de Moçambique, e, em Abril, em Mombaça. Em 14 do mesmo mês entram em Melinde, a 17 léguas de distância. Estabelecem-se cordiais relações com o rei e alguns índios de «quatro naos» que se encontravam no porto. Contratam ali o piloto árabe a que já fizemos referência. O facto de Vasco da Gama contratar um piloto indiano, resultou de ter sabido que não era suficiente a latitude de Calecute para lá chegar, embora pudesse converter a medida isbá dos mouros a graus, na proporção de 3 para 5. Conclui-se que havia informações, embora indefinidas, sobre as ilhas Laquedivas e Maldivas, ao largo da costa

ocidental da Índia, e canais que, por entre as ilhas, davam passagem de oeste para a costa indiana.

A travessia do Oceano Índico durou 23 dias, com vento à popa, sem vista de terra e sem incidentes. A 17 de Maio de 1498 viram terra e a 27 fundearam em Cápua, a duas léguas a norte de Calecute.

Em Calecute os mouros intrigaram o Samorim com os portugueses, chamando-lhes «ladrões do mar», pois não lhes convinha que passasse para as mãos dos portugueses o lucrativo comércio que, pelo Mar Vermelho, mantinham com a Europa, através de Génova e Veneza.

Conseguiram, finalmente, carregar alguma especiaria e prender seis nativos que trouxeram para Portugal. Vasco da Gama empreendeu a viagem de regresso, não sem antes ter visitado a ilha de Angediva, donde fez rumo a Melinde. Nesta travessia do Índico, os portugueses encontraram grandes dificuldades —, calmarias, ventos contrários e até doenças que mataram 30 tripulantes. A viagem durou quase três meses até Melinde. De Melinde partiram a 11 de Janeiro de 1498 e a 20 de Fevereiro dobravam de novo o Cabo da Boa Esperança, não sem dificuldades. Na costa ocidental, por força do alisado do sueste, a viagem até à Guiné foi fácil. Aí chegaram a 25 de Abril. Em Cabo Verde, a «Bérrio» tomou a dianteira; e Vasco da Gama, porque seu irmão se encontrava doente, fretou uma caravela e fez-se na volta dos Açores, deixando a João de Sá o encargo de trazer para Lisboa a «S. Gabriel». Em Julho chegou Nicolau Coelho a Lisboa, e no mês seguinte João de Sá. Só depois disso, Vasco da Gama, que na Terceira assistiu à morte do irmão, veio para Lisboa. Segundo Castanheda e Galvão teria chegado em Setembro de 1499.

O êxito da viagem espalhou-se rapidamente pela Europa. D. Manuel escreveu aos Reis Católicos e ao Cardeal Protector em Roma acerca das riquezas ali encontradas.

A viagem de Vasco da Gama não fora uma aventura pois sabia-se, por Pêro da Covilhã, que para Cananor, ou Calecute, ou Goa se poderia navegar pelo mar da Guiné indo demandar a costa de Sofala ou Madagáscar.

«Vasco da Gama não foi vagamente enviado em busca da Índia, foi directamente dirigido a Calecute. Barros diz muito claramente que ele levava o seu «regimento», as informações e avisos que “El Rey D. João tinha havido daquelas partes” e cartas para o Preste João das Índias e para o rei de Calecute. Pelo caminho foi constantemente perguntando por Calecute. Em Moçambique soube por um mouro velho como dali a Calecute seria caminho de um mês. Pediu pilotos para a Índia em geral, mas para Calecute em especial.»¹²²

Foram muitas as consequências do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, que o prof. Mário de Albuquerque assim compendiou:¹²³

- a) demonstração da conexão dos três grandes continentes do velho mundo;
- b) consagração definitiva do rumo sul para a navegação;
- c) possibilitou a vitória da Europa sobre a Ásia;
- d) revolucionou as vias comerciais do velho mundo;
- e) democratizou os produtos orientais;
- f) mudou o eixo da actividade comercial do Mediterrâneo para o Atlântico;
- g) contribuiu poderosamente para definir o espírito oceânico da cultura moderna;
- h) contribuiu largamente para a formação do novo espírito científico;

- i) deu à língua portuguesa uma larga irradiação;
- j) contribuiu bastante para a expansão da nossa vida e literatura.

No campo das relações internacionais, Veneza, Génova e Antuérpia reagiram imediatamente, sentindo-se atingidas e profundamente abalados os alicerces do seu poderio comercial.

2 — A VIAGEM DE 1498 DE DUARTE PACHECO PEREIRA

A partir das viagens ao Índico, no tempo de D. João II, ficara a ser conhecida a melhor rota para o Oriente. Também, como se demonstrou, se sabia, antes da celebração do tratado de Tordesilhas, que existiam ilhas e terra firme a oeste do Atlântico. O facto de D. Manuel não ter conseguido chegar a acordo com os Reis Católicos sobre a viagem conjunta a empreender, para a fixação dos marcos divisórios dos dois países, indica-nos que num e noutro país se trabalhava afanosamente para desvendar, cada qual por seus próprios meios, os segredos do Atlântico.

Duarte Pacheco, que ajudara a negociar o tratado de Tordesilhas, um dos melhores técnicos portugueses de cosmografia, narrou, sucintamente, mas de forma clara, no *Esmeraldo de Situ Orbis*, uma viagem que, por mandado de D. Manuel, empreendeu em 1498: «... temos sabido e visto como no terceiro de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de 1498, donde Vossa Alteza nos mandou descobrir a parte ocidental, passando a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela...»¹²⁴

Infere-se desta passagem que Duarte Pacheco explorou secretamente a costa fronteira às Antilhas, do Brasil à Florida, no mesmo ano em que Colombo atingiu o golfo de Pária, teimando que chegara ao continente asiático.

Documento precioso sobre as viagens portuguesas para oeste é o planisfério de Cantino, já referido. Nele se encontram desenhadas e baptizadas não só a Groenlândia e a Terra Nova mas também a Florida. Como o planisfério foi construído cerca de 1502, com base em elementos recolhidos pelo autor em Lisboa, e as legendas contêm topónimos portugueses, concluiu-se que desde o princípio do século XVI se sabia da existência da Florida, antes portanto dos espanhóis a terem descoberto oficialmente ¹²⁵.

Parece que D. João II, depois de escutar as propostas de Colombo, mandou navios para oeste, em exploração, de carácter secreto, e os Reis Católicos, em 1493, escreviam: «Piensam (os portugueses) que podra haver islas y aun tierra firme...» ¹²⁶

Como que a completar a ideia já transcrita mais adiante, Duarte Pacheco afirmou que a terra descoberta a ocidente estendia-se por «satenta graaos de ladeza da linha equinoçial contra ho pollo artico e posto que seja asaz fóra, he grandemente pouorada, e do mesmo circulo equinoçial torna outra vez e vay alem em vinte e oito graaos e meo de ladeza contra ho pollo antarctico, e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que hũa parte nem da outra nam foy visto nem sabido hi fim e cabo della; pello qual segundo ha ordem que leua, he certo que vay em cercoyto por toda a Redondeza, asim que temos sabido que das prayas e costa do mar d'estes Reynos de Portugal e do promontório de Finis-Terra e de qualquer outro lugar da Europa e d'África e d'Ásia

hatravessando alem todo ho oceano diretamente ha oucidente, ou ha loest segundo ordem de marinharia, por trinta e seis graaos de longura, que seram seiscentas e quarenta e oyto leguas de caminho, contando a dezoyto leguas por graao e ha lugares algum tanto mais lonje, he hachada esta terra nam naugada pellos nauios de vossa alteza e, por vosso mandado e licença, os dos vossos vassalos e naturaes; e hindo por esta costa sobredita, do mesmo circolo equinocial em diante, per vinte e oyto graaos de ladeza contra o pollo antartico he hachado nella munto e fino brasil com outras muitas cousas de que os nauios nestes Reynes vem grandemente carregados...»¹²⁷

Inferre-se deste passo que em Portugal se conhecia a extensão da América entre a latitude de 70° N. e 28° 30' S., da Groenlândia até aproximadamente à costa do actual Rio Grande do Sul, no Brasil, o que manifestamente só se podia concluir depois de mais de uma viagem de exploração. É também a passagem transcrita indício do conhecimento de um obstáculo para a exploração comercial de uma rota para a Índia por via ocidental.

Os modernos investigadores e estudiosos, a partir deste passo têm deduzido:

Luciano Pereira da Silva — que Duarte Pacheco tocou o litoral brasileiro;

Duarte Leite — que Duarte Pacheco tocou o litoral da Florida;

Carlos Coimbra — que Duarte Pacheco tocou o litoral da Terra Nova;

Gago Coutinho — que Duarte Pacheco tocou o Brasil, próximo do actual Pernambuco;

Visconde de Lagoa — que Duarte Pacheco tocou o litoral da América Central.

A referência expressa e directa de Duarte Pacheco às muitas ilhas adjacentes que ladeiam uma terra firme leva a preferir a conclusão do Visconde de Lagoa, sendo neste ponto discordantes os pareceres de Luciano Pereira da Silva e do Almirante Gago Coutinho, muito embora não se possa excluir a hipótese de uma aterragem na costa norte do Brasil.

3 — *A VIAGEM AO BRASIL DE PEDRO ÁLVARES CABRAL*

Quando, em 10 de Julho de 1499, entrou a barra o «Bérrio», do comando de Nicolau Coelho, com a notícia de que Vasco da Gama finalmente ligara Lisboa a Calecute pelo mar, D. Manuel I apressou-se a intitular-se senhor da conquista, da navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Comunicou aos Reis Católicos o resultado da viagem. Estes sentiram-se logrados, pois, em seu entender, a partilha estabelecida no Tratado de Tordesilhas respeitava somente ao Atlântico, até ao Cabo da Boa Esperança. Assim, protestaram energicamente junto de D. Manuel: «Ahora el serenísimo Rey de Portugal D. Manuel no havindo respecto ah dicho asiento hecho con el Rey D. Juan que Dios haya, que tanto tiempo habia guardado y mandado que no navegasen sus naos adelante del dicho limite, Cabo de Buena Esperança, porque hasta alli comprehendia la dicha donacion del Santo Padre, como dicho es, ha mandado navegar a sus naos grandísimo numero de legoas al Oriente atravesando Arabia, Persia y India hasta llegar casi adonde habian llegado las naos de los sobredichos Rey e Reyna... y esta es la verdad: el Mar Oceano es entre Africa, España y las tierras de Indios; el tierra de la parte del poniente das

Indias y dela parte del Levante Africana y España... no que dô de lo dicho mar Oceano hasta llegar a la tierra y islas que estan al poniente de ella salvo la mitad»¹²⁸.

Tornava-se firme a ameaça dos Reis Católicos: se haviam cedido mais 270 léguas do Oceano não era para que os navios do Rei de Portugal navegassem por outra rota indirecta, mas para que pudessem navegar e descobrir ao ocidente e não para a «Ásia, Arábia, Pérsia e Índia ni en las islas que son al austro de sus tierras, de que ya teniam donacion y posesion; y se creeron que el dicho asierto y... habian de entrar en el resto por formas cautelosas y atajos y contraminas SSAA enbiarian luego sus naus por Asia, en India, Persia, Arabia e en la Mar Bermeja y en Africa hasta el Cabo de Boa Esperança»¹²⁹.

Ameaça tão grave e directa levou D. Manuel a uma acção imediata. Mandou preparar, em menos de nove meses, nova armada, mais poderosa do que a de Vasco da Gama, confiando-se o comando a Pedro Álvares Cabral¹³⁰.

Chefe militar e diplomata, Pedro Álvares Cabral, que praticara assinalados serviços, como se diz na carta régia de 12 de Abril de 1497, comandou uma frota composta de treze navios, sendo dez naus e três caravelas — estas de reconhecimento —, com cerca de 1500 tripulantes. Seguiam na frota Sancho de Tovar, Nicolau Coelho, Aires Gomes da Silva, Simão de Miranda de Azevedo, Vasco de Ataíde, Pedro de Ataíde, Simão de Pina, Nuno Leitão da Cunha, Bartolomeu Dias, Jorge Dias, Gaspar de Lemos e Luís Pires. Convém citar ainda outros personagens embarcados: o cosmógrafo Mestre João, Duarte Pacheco Pereira, certamente o autor do *Esmeraldo*, Pêro Vaz de Caminha e o piloto Pêro Escobar.

Foram dadas instruções náuticas a Pedro Álvares Cabral. Conhece-se a rota traçada por Vasco da Gama, no «regimento» da viagem e uma parte da carta régia, faltando nesta a parte inicial.

Saiu a esquadra de Lisboa a 9 de Março de 1500 e, a 22, chegou a Cabo Verde. Deu-se pela falta do navio de Luís Pires, que se perdeu e veio a arribar a Lisboa. Não seguiu Pedro Álvares Cabral a rota traçada por Vasco da Gama, pois partiu no inverno, o que denota que se conhecia o regime de ventos no Atlântico Sul, nas duas estações, sendo mais conveniente sair no Inverno.

Vejamos como Gago Coutinho encarou o estudo da rota de Cabral ¹³¹: «Enfim, em 1500, Cabral empreendeu a viagem definitiva para a Índia, já com uma dúzia de navios de porte, e na época mais própria do ano. Sabemos que, de passagem, foi fazer aguada em um novo porto, na terra ocidental, o que lhe permitia evitar a escala na África do Sul, menos favorável por causa das correntes e ventos contrários, lá encontrados pelos anteriores navegadores.

Tanto Cabral, como Gama, ambos navegaram a montar a costa do Brasil que ia mais a barlavento — Pernambuco. Se Cabral a tivesse avistado, haveria probabilidade de, por erro na rota, ou escassez de vento, ou corrente para Oeste, lá ter ido contra sua vontade. Mas, pelo facto de ele só ter avistado terra do Brasil quase duas centenas de léguas ao Sul, onde o vento já costuma alargar, permitindo rumar para o Sul, tal probabilidade torna-se, por demais, fraca, embora aceite pelos leigos de Náutica.

Das rotas traçadas por Gama e Cabral, há pois a concluir que, durante uma prévia exploração do quadrante Sudoeste do Atlântico — anterior a 1497 — fora encontrada, no Atlântico Ocidental, a costa do Brasil,

descobrimo-se também qual a rota a seguir para a barlaventear, a passar para o Cabo».

E prossegue: «Destes factos ressalta transparentemente prova de que já antes de 1500 a existência de terras no Atlântico Sul-Occidental não era apenas suspeitada. Até já se sabia atravessar esse mar largo com certeza de, na travessia entre Santiago e o Cabo, o vento não levar as naus a esbarrarem na costa brasileira, a sotavento. Donde, evidentemente, se deduz que o Descobrimento do Brasil é anterior à partida de Vasco da Gama, em 1497. Deve, mesmo, ser anterior, do tempo de D. João II, quando ele, previamente, ordenou a construção de duas naus, próprias para a viagem da Índia, sem recear que as terras a Occidente, previstas no seu Tratado de 1494, impedissem a travessia do Atlântico Sul, já conhecida contingente pela costa africana.

Assim, nem Gama nem Cabral, nos seus navios de vela, navegaram ao acaso. Na incerteza, iriam — e com caravelas — pela costa africana, como fizera Bartolomeu Dias, em 1487».

Aliás, na carta de Mestre João para D. Manuel mencionava-se, como vimos, a terra brasileira alcançada numa viagem de exploração ou, quando menos, a ilha de Fernando Noronha, indicada nas cartas da época como ilha «real» de S. Mateus. As instruções para a viagem de Cabral determinavam que seguisse a partir de S. Tiago, rumo Sul, até escassear o vento, devendo então tomar o bordo de sudoeste. Álvares Cabral fez rumo a SSE e SSO, indo ao encontro, no Equador, do alisado do sueste. Ali tomou o bordo de sudoeste. Como este alisado roda de L para NO, os seus navios passaram a barlavento do cabo de S. Agostinho, sem o ver. Portanto, o encontro de terra no Monte Pascoal só poderia ter sido intencional, pois

exigiu uma mudança de rumo. De resto, Galvão informa que Cabral, contra a opinião dos seus pilotos, navegava para oeste, «sem razões de navegação»¹³².

Enfim, a 22 de Abril de 1500 divisou-se «primeiramente um grande monte, muito alto e redondo; e outras serras mais baixas ao Sul dele; e terra chão, com grandes arvoredos, ao qual monte o capitão pôs o nome O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz»¹³³. Ancoraram os navios na foz do rio Caby, mas, na manhã de 24, a armada rumou ao norte, e a 42 milhas encontrou uma baía — Porto Seguro —, entrando nela a 25, e aí fundeou. Voltou para Lisboa com a nova, o «navio de mantimentos» capitaneado por Gaspar Lemos. D. Manuel escreveu aos Reis Católicos, de Lisboa, em 28 de Agosto de 1501, notificando-os da existência de terras no austro, a ocidente, pondo fim à contenda que os Reis Católicos queriam inaugurar a propósito da viagem de Vasco da Gama. Foi, portanto, «oportuno» o descobrimento «oficial» do Brasil.

Importa referir o problema da intencionalidade do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral recorrendo aos trabalhos de ilustres investigadores:

Em primeiro lugar os que defendem a intencionalidade:

O Almirante Gago Coutinho usou argumentos técnicos derivados dos seus vastos conhecimentos de navegação à vela e concluiu pela intencionalidade.

O historiador Jaime Cortesão é outro dos propugnadores dessa intencionalidade. Dá inteira aprovação aos argumentos de Gago Coutinho, refere as viagens pré-colombinas, anteriormente citadas, dá importância conclusiva à expedição de Duarte Pacheco Pereira, de 1498, e cita a frase da carta de Mestre João, que indica a D. Manuel que podia encontrar o sítio daquela

terra no «mapa-mundi», que pertencera a Pêro Vaz da Cunha (o Bisagudo) e a carta de D. Manuel aos Reis Católicos, onde se diz que Cabral «chegou a uma *terra* que *novamente* descobriu a que pôs o nome de Santa Cruz.» Não fala em ilha, como escreveu Mestre João ao Rei.

Baldaque da Silva demonstra, também tecnicamente, que a expedição se dirigira propositadamente para oeste.

Negam a intencionalidade outros autores para os quais não é argumento decisivo a carta do Mestre João que bem podia referir-se a uma carta onde se marcavam terras «imaginadas» ou à carta de Andrea Bianco ou ao mapa de Toscanelli. Todos estes argumentos, parecem-nos duvidosos, pelas razões apontadas.

Uma prudente posição assumiu Damião Peres, quando disse:

«Tudo leva, pois, a crer que a afirmação de Mestre João de nenhum modo constitui prova dum anterior descobrimento das terras ocidentais do hemisfério austral. É, contudo, mais um indício de que em Portugal — e, como já mostrámos, desde o tempo de D. João II — se acreditava na sua existência. Foi certamente para esclarecer essa fortíssima suspeição, se não para afirmar publicamente uma certeza, secretamente guardada nas altas esferas governativas, que a imponente armada de Pedro Álvares Cabral se afastou para ocidente muito mais que o necessário à missão oriental de que ostensivamente ia encarregada ¹³⁴.

Como expusemos a posição dos que defendem a intencionalidade do descobrimento — que é também a nossa — julgamos que antes de apresentarmos a nossa própria opinião convirá expor a de Duarte Leite pois ela contribui para completar o nosso parecer.

Diz Duarte Leite ¹³⁵:

«Estou na convicção de que Cabral traçou sua derrota com a esperança de encontrar o prolongamento do continente visitado, havia menos de dois anos, por Cristóvão Colombo ostensivamente, e secretamente por Duarte Pacheco. Terras antevistas pelos cosmógrafos portugueses, ao tempo os mais adiantados da Europa, estavam asseguradas a Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas, quaisquer que se dilatasse a leste de certo meridiano pactuado entre os reis de Portugal e Castela. Um dos objectivos de D. João II, ao escolher em 1494 esta linha de demarcação, fora proteger o caminho atlântico para a Índia, esforçando-se por que a oeste ele seguisse ao lado de domínios portugueses, como já sucedia no leste africano; e agora que Vasco da Gama o completara, atingindo a meta cobiçada, devia empenhar-se D. Manuel em tomar posse das terras que porventura o ladeavam a ocidente. Esta foi, cuido eu, uma das missões confiadas à expedição de 1500».

A carta de Pêro Vaz de Caminha indica que o descobrimento do Brasil não foi casual, porque o anuncia sem indícios de surpresa, nela se lê: «... seguimos nosso caminho por esses mares de longo até toparmos sinais de terra»¹³⁶.

Como o Almirante Gago Coutinho afirma, «... se houve algum *acaso* no encontro de um “porto seguro” na sexta-feira 24 de Abril de 1500, já antes Cabral *de propósito* buscara “pousada para esta navegaçon de Calecut”, ou seja uma escala de abastecimento», e mais definitivo se mostrou noutro passo: «... o facto de os pilotos de Gama como de Cabral já terem empreendido, em estações *opostas* do ano, as *rotas modernas*, mais adequadas à travessia do Atlântico Sul, apesar do *vento Sueste* os poder encostar para

a terra a sotavento... esse facto prova que a terra do Brasil já fora conhecida antes de 1497»¹³⁷.

De tudo que se deixou dito se infere que a Portugal pertence a iniciativa das navegações atlânticas rumo a oeste, após longos trabalhos preparatórios, quer de adaptação ao condicionalismo desses mares, quer no apetrechamento dos navios, quer ainda na preparação de pilotos.

O descobrimento das Antilhas, por parte de Castela, e as bulas papais que os Reis Católicos se apressaram a obter, alarmaram seriamente D. João II, o que levou a protestos enérgicos, nas Cortes dos Reis Católicos e na de Roma. Portugal baseava os seus direitos na prioridade dos descobrimentos, nas bulas papais que haviam concedido as terras dos descobrimentos, e, finalmente, no Tratado das Alcáçovas, confirmado em Toledo, em 1480, que assegurava a Portugal a posse das terras que descobrira «contra» a Guiné, isto é, em frente da Guiné.

O Tratado de Tordesilhas consigna os elementos de ordem técnica que nos permitem concluir que pertence a Portugal o primado do descobrimento da América. De aí em diante, além do descobrimento, tornava-se também necessário, a quem achava ou descobria, assinalar a posse das terras descobertas, comunicá-lo e praticar actos de posse, designadamente por meio de missionação dos povos pagãos encontrados. Pelo Tratado, Portugal reservava-se direitos sobre o Lavrador, a Terra Nova e o Brasil, já descobertos, e do Oriente e Ilhas das Especiarias, que visava atingir num futuro muito próximo. Evidentemente que os conhecimentos geográficos da época não permitiam concluir se existia ou não uma passagem a ocidente para a Ásia. Por isso, D. João II, em 1493, despachou navios «secretamente», para Ocidente, em missão de reconhecimento.

NOTAS

¹ T. T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 26, 102 v. e 103. Está publicada por Bensaúde, in *L'Astronomie nautique*, 274.

² Cortesão (Jaime), *Os Descobrimientos Pré-Colombinos dos Portugueses*, p. 309.

³ In *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. II, pp. 655-57.

⁴ *Crónica de D. João II*, Cap. XXIV, de Garcia de Resende, p. 74; e *Ásia, Década I*, Liv. III, Cap. VIII, p. 222. Pêro Vaz da Cunha é referido por Mestre José, na carta que escreve do Brasil em 1500, para D. Manuel. Realizou várias viagens à Mina e reuniu um mapa onde estaria apontado o nordeste brasileiro. É apontado como um dos possíveis descobridores casuais do Brasil, no decurso de uma das suas viagens ao golfo da Guiné, o que é crível, visto a necessidade de empreender a viagem muito pelo largo.

⁵ Pina (Rui de), *Crónica de El Rei D. João II*, Cap. XXXVIII, p. 98.

⁶ Resende (Garcia), *Crónica de El-Rei D. João II*, Cap. CL.

⁷ As «terçarias de Moura», resultantes do tratado de paz luso-castelhano, consistiam em ficar por caução, em poder de um terceiro, portanto, neste caso D. Isabel, de Bragança, o herdeiro de Portugal, o príncipe D. Afonso. Também se encontrava sob caução a filha dos Reis Católicos, com quem deveria casar o príncipe português.

⁸ A «Excelente Senhora» era D. Joana, a Beltraneja, assim chamada desde que entrou no Mosteiro das Claristas de Santarém.

⁹ Segundo a «Sentença do Duque de Bragança», documento anexo ao volume que contém a *Crónica de El-Rei D. João II*, de Rui de Pina, prefaciada e anotada por Alberto Martins de Carvalho, pp. 216 a 224.

¹⁰ Id., id.

¹¹ Pina (Rui de), *Crónica delrey dom Jobam II*, Cap. XIV, p. 40 e segs.

¹² *A Crónica de D. João II*, de Rui de Pina, o *Breve tratado que escreveo o Padre Paulo sobre a morte do duque de Bragança* e o *Tratado em que se contava algumas cartas e outras cousas que tocão ao caso do Duque de Bragança*, de Lopo Figueiredo, são preciosos testemunhos sobre os acontecimentos que narramos.

¹³ Pina (Rui de), *Crónica d'El-Rei D. João II*, Cap. XIX, p. 64.

¹⁴ Cortesão (Jaime), *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*, p. 324.

¹⁵ *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*, por Jaime Cortesão, p. 341.

¹⁶ Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 401.

¹⁷ Peres (Damião), *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 184.

¹⁸ Costa Brochado, *O Piloto Árabe de Vasco da Gama*. Dá conta de viagens portuguesas no Índico anteriores à de 1498 e há referências às de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva.

¹⁹ Barros (João de), *Décadas — Déc. I*, Liv. IV, Cap. I.

²⁰ Costa Brochado, *O Piloto Árabe de Vasco da Gama*, p. 23.

²¹ Id., id., 111.

²² O que leva a admitir que Estêvão da Gama, pai de Vasco da Gama, foi navegador experimentado e da confiança do Rei é o facto de João de Barros, logo no início do Cap. I, do Livro IV, da *Década I*, assim compendiar a escolha de D. Manuel:

1.º — Pela confiança que tinha na sua pessoa «como por ter aução nesta ida»;

2.º — Estêvão da Gama, seu pai, já defunto, «estava ordenado» para fazer esta viagem em vida de El-Rei D. João.

Aliás, era costume entregar-se a capitania de uma armada a indivíduo já experiente dos mares que se pretendiam explorar comercialmente. Tudo parece indicar que se não tivesse navegado no Índico Estêvão da Gama, a capitania deveria ter sido entregue a Bartolomeu Dias. Mas este apenas acompanhou Vasco da Gama, em 1498, até o pôr na verdadeira rota.

²³ Ulloa (Luís), *Xristo-Ferens Colon*, p. 316-323.

²⁴ Colón (Hernando) *Vida del Almirante Don Cristobal Colón*, Cap. IV, p. 37.

²⁵ Fernando Colombo recusa esta versão posta a circular por Giustiniani, bispo de Nebbio, na Córsega, autor do *Psalterium hebraeum, graecum, arabicum et chaldaoum, cum tribus latinis*

interpretationibus et glossis, opera et studio Augustini Justiniani, Genuae, Porro, 1516. Escreve: «... o Almirante foi a Lisboa a aprender a cosmografia com um irmão seu que ele tinha. O qual é ao contrário, porque ele habitava já antes naquela cidade e foi quem ensinou ao irmão o que sabia». In Colon (Hernando), *Vida del Almirante Don Cristobal Colon*, Cap. I, p. 32.

²⁶ O casamento devia ter sido celebrado em 1479, pois D. Diogo nasceu em 1480. O sogro de Colombo participara na expedição à Madeira, de 1421, e fora feito capitão-donatário de Porto Santo. D. Filipa era filha da 3.^a mulher de Bartolomeu, Isabel Moniz, ligada à Casa de Bragança por estreitos laços familiares, e seu pai o nobre fidalgo algarvio Gil Aires Monis. D. Isabel teria doado ao genro cartas marítimas e outros documentos deixados pelo marido e foi nessas leituras e na inspiração das viagens portuguesas que Colombo confiou, no dizer do seu filho e biógrafo D. Fernando, que não pode ser acusado da amizade para com Portugal.

²⁷ Morison (Samuel Eliot), *Cristóvão Colombo, Almirante do Mar Oceano*, p. 39.

²⁸ *La Lengua de Cristóbal Colón*, de Ramón Méndez Pidal, p. 10 e segs.

²⁹ Id., id., p. 11.

³⁰ Id., id., p. 16.

³¹ Id., p. 14.

³² O crime deveria ter sido justamente apoderar-se do segredo da rota, pois desde 1480 não era permitido a estrangeiros navegarem para as partes da Guiné ou «contra a Guiné». Guardava-se, então, estreito sigilo sobre as possíveis rotas para o Oriente e Colombo estava desejoso de buscar aquela que mais fácil lhe parecia para as terras das drogas e especiarias: o Catay, Cipango e ilhas das Especiarias. Segundo o próprio filho, Colombo utilizou os mapas dos Perestrelo para ir descobrir o que já fora descoberto. Não o fez para o Sul, pois era-lhe vedado pelo Rei. «Os russos Tsukernik e Chumovski descobriram provas ainda mais contundentes da fraude praticada pelo genovês, servindo-se da documentação dos mareantes de Portugal. Citam cartas inéditas de Fernando Colombo e Garcia Valejo», diz Silva d'Azevedo a pág. 113 do seu estudo *Américas, um Corolário de Sagres*.

³³ Segundo dois artigos publicados nos periódicos de Nova Iorque (Estados Unidos da América do Norte), em 1966, por

altura da comemoração do descobrimento da América por Cristóvão Colombo.

³⁴ Bensaúde (Joaquim), *Lacunes et Surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes*, p. 301.

³⁵ Peres (Damião), *História dos Descobrimentos*, p. 27.

³⁶ Charles Verlinden e Florentino Perez Embid, *Cristóbal Colombo y el Descubrimiento de América*, p. 48-9.

³⁷ D. Beatriz era filha de um lavrador, Pedro de Torquemada, e foi educada em Córdoba por um primo da mãe, Rodrigo Henriquez de Harana. Um filho deste foi na primeira frota de Colombo e o irmão de Beatriz comandou uma caravela na terceira viagem. Embora não se tenham casado, Colombo encarregou D. Diogo, pelo seu testamento, de zelar para que Beatriz fosse mantida por forma a poder viver honradamente, pois era pessoa com quem ele contraía uma grande dívida, e assim descarregava a sua consciência. Soldevila (F.), *História de Espanha*, Tomo III; e António Ballesteros Beretta, in *Figuras Imperiales*, p. 124.

³⁸ Fr. Fernando de Talavera formou a Junta de Córdoba, reunida no Verão de 1486 e depois em Salamanca. Concluiu-se que «não podia ser exacto o que Colombo dizia e quem, em contrário do que a maior parte deles pensava, Colombo persistia». Como se vê não diferiu este parecer do da Junta portuguesa, pois parecia inviável a pretensão de alcançar o Oriente navegando para Oeste, dada a grande distância a percorrer. Soldevila (F.), *História de Espanha*, Tomo III; António Ballesteros Beretta, in *Figuras Imperiales*, p. 125-7).

³⁹ O capitão-donatário era D. Beatriz de Peraza y Bobadilla. Sabe-se que Colombo esteve primeiro em S. Sebastião da Gomera e depois aportou a Las Palmas. Uma das primeiras ilhas conquistadas pelos castelhanos fora precisamente a Gomera e à data desta viagem ainda lutavam para conquistar Palma. Só alguns anos depois se apoderariam de Tenerife. Nesta escala parece ter-se substituído o velame latino das caravelas por pano redondo, o que aumentaria as qualidades veleiras dos navios. Pelo menos isto aconteceu na «Niña».

⁴⁰ Colón (Cristóbal), *Los Cuatro Viajes del Almirante y su Testamento*, p. 18-19.

⁴¹ Id., id., p. 21.

⁴² Id., p. 154.

⁴³ Id., p. 156.

⁴⁴ Id., id., p. 157.

⁴⁵ Em 15 de Março, ao romper da alva, avistou a barra de Saltes e pouco depois entrou no porto. A viagem demorara exactamente 32 semanas. A «Pinta», que se separara no início do retorno, seguira-o de perto e, depois de ter aterrado na Galiza, veio demandar pouco depois de Colombo aquele porto, o que demonstra, sem sombra de dúvida que, sofrendo as mesmas dificuldades que Colombo, Pinzón era melhor marinheiro. Não se compreende que o genovês tenha demandado Lisboa ao regressar da viagem, a não ser por inépcia, pois deveria ter, no interesse da Pátria de adopção, evitado os Açores e Lisboa, preferindo, como Pinzón, fazer escala na Galiza. Verlinden (Charles) e Perez Embid (Florentino), in *Cristóbal Colon y el Descubrimiento de América*, p. 80.

⁴⁶ A carta para Santángel foi impressa em Barcelona em 29 de Abril de 1493 e em Valhadolid em 1497. Houve depois uma série de edições em outros países, em 1493 e 1494, nomeadamente em Roma, Paris, Anvers e Basileia. Morales Pádrón diz que foi ao norte da Europa que a notícia demorou mais a chegar, não tendo sido objecto de grande interesse. Verlinden (Charles) e Perez Embid (Florentino), in *Cristóbal Colon y el Descubrimiento de América*, p. 78). O diploma confirmatório não alterou o anterior, notando-se porém o seguinte aditamento: «E agora, pois que a Nosso Senhor aprouve que descobrisseis um grande número de ilhas, e que esperamos que por sua ajuda descobrais muitas outras ilhas e continentes do dito Mar-Oceano e nas partes das Índias, pela presente vos confirmamos para vós e vossos descendentes, um após outro, agora e sempre, os ditos ofícios de Almirante do dito Mar-Oceano e Vice-Rei e Governador das ditas ilhas e continentes que tendes achado e descoberto e das outras ilhas e continentes que, por vós ou graças ao vosso esforço, puderam ser ao diante achados ou descoberto nas ditas partes das Índias.»

⁴⁷ Lopez Flores (Manuel) *Colón no Descubrió América*, p. 320.

⁴⁸ Id., id., 324, cita Madariaga.

⁴⁹ António de la Torre e Luis Suarez Fernandez, *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, Vol. II, p. 349.

⁵⁰ Em muitos livros aparece esta ratificação como um novo tratado. Na realidade trata-se apenas de uma ratificação, embora tenha interesse apontá-la. Existe este documento no Arquivo da Torre do Tombo, gav. 17, maç. 6, n.º 16.

⁵¹ O Tratado consultado foi uma cópia da versão que se encontra publicada anexa à *Crónica de El-Rei D. João II*, de Rui de

Pina, anotada e prefaciada por Alberto Martins de Carvalho que, por seu turno, o aproveitou dos «Anais da Academia Portuguesa de História», II série, vol. I, pp. 243-254.

⁵² *Crónica de El-Rei D. João II*, de Rui de Pina, Cap. LXVI, p. 184.

⁵³ *Crónica de El-Rei D. João II*, de Rui de Pina, Cap. LXVI, p. 185-6.

⁵⁴ Id., id.

⁵⁵ Id., id.

⁵⁶ Id., id.

⁵⁷ Id., id.

⁵⁸ Id., id.

⁵⁹ Id., id.

⁶⁰ Id., id.

⁶¹ Id., id.

⁶² Las Casas (Bartolomeu de), *História de las Indias*, XXVII, p. 145.

⁶³ Id., id., p. 146.

⁶⁴ Herrman (Paul) in *Audacia y Heroísmo de los Descubrimientos Modernos*, 42, dá-nos conta do dinamismo de Colombo, o que é corroborado por Las Casas, já citado.

⁶⁵ Segundo Fernando Colombo escreve in *Vida del Almirante Don Cristóbal Colón*, Cap. XI, 66: «Janua, cui patria est, nomen cui Bartholomaeus Columbus de Terra Rubra, opus edidit istud Londoniys anno Domini M.CCCC.LXXXX, atque insuper anno octavo, decimaque dic cum tertia mensis Februarii. Laudes Christo contentur abunde.» O rei de Inglaterra teria aceiteado a proposta, mas já naquele tempo o Almirante havia ido e regressado com êxito da sua empresa.

⁶⁶ Lopez de Gomara, *Historia General de las Indias*: «La donación que hizo el papa, a los Reyes Católicos de las Indias», p. 37.

⁶⁷ Id., id.

⁶⁸ Garcia de Resende, in *Crónica de João II*, Cap. CLXV.

⁶⁹ *História general de los hechos de los castellanos en las ysylas y tierra firme de el Mar Oceano*, Década I, liv. II, cap. V.

⁷⁰ Barros (João de) *Ásia — Década I*, Liv. 3.º, Cap. XI.

⁷¹ O embaixador Rui de Sande invocou ante os Reis Católicos a bula «Aeterni Regis», de 1481, pela qual o papa confirmava a soberania portuguesa sobre todas as ilhas que pudessem ser achadas ou adquiridas ao sul das Canárias e a oeste nas paragens da Guiné. Estava nela implícia a ideia de uma linha de demarcação que passava pelo paralelo que cortava a ponta sul da ilha mais ao sul do arquipélago das Canárias, também reconhecido pelo Tratado das Alcáçovas. Quanto à expressão, «ilhas achadas a oeste nas paragens

da Guiné», sabe-se que o Atlântico era o mar que banhava as costas da Guiné, chamado mar da Guiné, pelos nossos cronistas e que a sua bacia se situa entre a África e o novo continente ocidental. Era um argumento que parecia decisivo aos negociadores portugueses.

⁷² É importante referir que Alexandre VI devia a sua eleição aos Reis Católicos. Fernando outorgara-lhe os benefícios de três bispados de Aragão e concedera a Pedro Bórgia, filho natural de Alexandre, o ducado de Aragão. Legitimado César Bórgia, era nomeado bispo de Pamplona e de Valência. Como, não obstante os favores recebidos, Alexandre VI sempre se inclinara a uma política europeia desfavorável a Castela, pensava agora conseguir agradar aos Reis Católicos com esta doação de soberania.

⁷³ Navarrete, *Viajes*, Vol. II, pp. 29 a 42. A «Inter Coetera», depois de declarar que Cristóvão Colombo navegara para a Índia e descobriu «ilhas remotas e continentes desconhecidos» habitados por gentes bem dispostas a abraçar o cristianismo, concedia essas terras aos Reis Católicos, sob condição de que jamais tivessem pertencido a outro príncipe cristão. É de notar que o papa se refere à descoberta de «continentes desconhecidos», enquanto Colombo dizia ter descoberto ilhas de uma parte da Ásia, que não era um continente desconhecido. Tal redacção faz-nos suspeitar que os Reis Católicos a tinham proposto, depois de ouvirem os embaixadores de Portugal, pois estes não confundiam as terras a ocidente com as da Ásia.

⁷⁴ Segundo se lê no «Diário» de Colombo, resumido por Las Casas, «lembra-se que, voltando às Índias nas suas anteriores viagens, quando chegava a um ponto situado a 100 léguas dos Açores, verificava sempre uma mudança de temperatura». Assim uma linha meteorológica marcando a divisão entre o clima europeu e o americano passava a linha de demarcação política.

⁷⁵ Navarrete, *Coleccion de las Viajes*, p. 124.

⁷⁶ Charles Verlinden e Florentino Pérez Embid, *Cristóbal Colón y el Descubrimiento de America*, p. 86.

⁷⁷ *Idem*, ib.

⁷⁸ Navarrete, *Coleccion de las Viajes*, II, pp. 109 a 124, contém as cartas dos Reis Católicos para Colombo, de 18 de Agosto e 5 de Setembro de 1493.

⁷⁹ Cortesão (Jaime), *A Política de Sigilo nos Descobrimientos*, p. 144.

⁸⁰ Peres (Damião), *História dos Descobrimientos*, p. 280.

⁸¹ Vd. *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Cap. I, p. 348. Gimenez Fernández Manuel, in *Nuevas consideraciones sobre la historia*,

sentido e valor das bulas alexandrinas de 1493 referentes a las Indias, tese publicada em 1944 pela Escuela de Estudios Hispano-Americanos, citada por Perez Embid, dá-nos o seguinte parecer: «A nossa tese é a de que as bulas alexandrinas foram pedidas como mero expediente pragmático para opor-se, antes de mais, às pretensões portuguesas fundadas em privilégios pontificais, ou como instrumento de possíveis limitações de tipo espiritual, frente à total concessão de poder real feita a Colombo nas capitulações santafesinas ainda que posteriormente servissem de base aos historiadores para as suas apologias, a Las Casas para a sua polémica, a Vitória para a sua teoria internacionalista e a Ovando para a sua genial construção jurídica, exagerada por Solorzano e lastimosamente desviada pelos seus epígonos.»

Perfilhamos tal tese, confirmada pelos acontecimentos, pois nas negociações directas luso-castelhanas em pouca atenção foram tidas as bulas. Por outro lado, não será de excluir que nem com todas sucedeu o mesmo, pois se quatro delas dizem respeito ao diferendo luso-castelhano, a bula «Piis Fidelium» poderia ser, efectivamente, uma tentativa dos Reis Católicos para minorar as concessões feitas na «Capitulação» de Santa Fé a Colombo.

Efectivamente, pelas «Capitulações», Colombo recebera dois tipos de concessões:

- De carácter político, pois se concediam direitos de senhorio nas terras a descobrir; e
- de carácter económico e comercial. Colombo queria chegar às Índias Orientais para estabelecer relações comerciais. Se a Castela interessava a incentivação do comércio ultramarino, para adquirir poderio económico, também o sentido missionário da expansão interessava bastante (atentar na reconquista de Granada).

⁸² Damião Peres, *Os Descobrimentos Portugueses*, p. 279.

⁸³ Id., id., p. 280.

⁸⁴ Barros (João de), *Ásia, Década I*, liv. III, Cap. XI, p. 253.

⁸⁵ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, ed. preparada e anotada por António de la Torre y Luis Suarez Fernandez, II Vol., Valhadolid, 1960.

⁸⁶ Sobre todos estes assuntos pode consultar-se a documentação publicada por António de la Torre e Luís Fernandez, in ob. cit.

⁸⁷ Ob. cit., Vol. II, p. 435.

⁸⁸ Ob. cit., Vol. I, pp. 364 a 371 e 382.

⁸⁹ Ob. cit., Vol. II, p. 435.

⁹⁰ Visconde de Santarém, *Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, I Vol., pp. 15 e segs.

⁹¹ Id., id., p. 15 e segs. Acerca deste assunto veja-se que o autor nos diz:

23 de Fevereiro de 1493 — Carta de Lisboa, de D. João II, constituindo o Dr. Vasco Fernandes seu procurador para que com os dos reis de Castela entenda nos termos e demarcações, tanto sobre a terra que jaz entre os Cabos do Bojador, e de Não, como sobre as pescarias que os naturais de Castela vão fazer nos ditos mares (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Doc. de 23-2-1493).

Março de 1494 — D. João II dá plenos poderes a Rui de Sousa, D. João de Sousa e Aires de Almada, seus embaixadores em Castela, para tratarem e ajustarem o tratado, que viria a chamar-se de Tordesilhas.

18 de Março de 1494 — O rei assinou as instruções para os embaixadores ajustarem a demarcação das Canárias e Cabo Verde.

30 de Junho de 1501 — Carta que o rei de Castela mandou ao governador da Berbéria para que não se passasse aos mares do Cabo Bojador até ao Rio do Ouro, etc., por convenção que havia feito com El-Rei de Portugal (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gav. 18, Maço 2, n.º 6, Tomo III).

27 de Março de 1503 — Capítulos de paz sobre os navios espanhóis que navegassem para a costa da Guiné (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gav. 17, maço 4, Doc. 14, Tomo III).

Março de 1507 — Começam as negociações de António de Azevedo Coutinho, que se prolongam até 1528.

22 Março de 1509 — Cópia da procuração de Joana a Louca para Gomes de Santilhas celebrar um tratado com El-Rei D. Manuel sobre os limites da cidade de Pinhão de Velez de Gomera, que ficaram por determinar nas capitulações passadas, e eram na costa da Berbéria, desde o reino de Fez até ao Cabo do Bojador e Não (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gav. 18, maço 5, n.º 22).

Setembro de 1509 — Minuta da Capitulação de cedência de Velez a Joana a Louca até ao Cabo do Bojador e Não, ficando Portugal com os lugares que tinha em Fez até ao Cabo do Bojador e Não.

18 de Setembro de 1509 — Sintra — Escritura de composição sobre Velez e Gomera e a respeito dos limites que ficaram por determinar na costa da Berbéria, desde os limites do seu reino de Fez.

⁹² Perez Embid (Florentino), *Los Descubrimientos en el Atlántico...*, p. 311 e segs.

⁹³ Soldevila — *História de Espanha*, III, p. 73.

⁹⁴ Cortesão (Jaime), *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, p. 139.

⁹⁵ Id., id., p. 140.

⁹⁶ Id., id., p. 130 e segs.

⁹⁷ Las Casas (Bartolomeu de), *Historia de los Indios*, Vol. I, Cap. XXIX, p. 153 e segs.

⁹⁸ Id., Vol. I, Cap. LXXXVII, p. 359 e segs.

⁹⁹ Encontra-se este documento in *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles*, por Martín Fernandez Navarrete, ed. 1825, pp. 11-30, do I Vol. e um outro exemplar na Torre do Tombo, gaveta 17, maço 4, n.º 17.

A legitimidade do direito dos portugueses às terras descobertas, reconhecida finalmente no Tratado de Tordesilhas, esboça-se, portanto, nas bulas papais:

«Sane Charisimus», de Martinho V, de 4 de Abril de 1418;

«Cum Charisimus», do mesmo papa, de 4 de Abril de 1419, que proclamava a cruzada contra os infiéis;

«Dum Diversas», de Nicolau V, de 18 de Junho de 1452, que concedia a D. Afonso V e aos seus sucessores o direito de conquistar as terras dos infiéis;

«Romanus Pontifex», de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1454, atrás citada desenvolvidamente;

«Inter Coetera», de Nicolau V, que confirma as anteriores concessões;

«Regis Clementia», de Sisto IV, de 21 de Julho de 1481, o tratado de Toledo, de 6 de Março de 1480.

Poderá alvitrar-se que o bom termo das negociações do tratado resultou da cláusula da bula de doação, de Alexandre VI, das terras americanas aos Reis Católicos, que continha a restrição de que não mudariam de senhorio as terras firmes que até ao dia do Natal de 1493 estivessem na posse de outros príncipes cristãos.

Manuel Múrias diz no seu trabalho sobre o Tratado de Tordesilhas, donde se respigou o resumo supra, que pelo tratado de 7 de Junho de 1494, se conseguia um arranjo entre Portugal e Castela; mas Portugal cedia agora sobre o que lhe havia sido dado pelo tratado de Toledo, a respeito das pescarias da costa marroquina. Os pescadores castelhanos poderiam ir pescar até ao Cabo Bojador. A D. João II interessava especialmente garantir as condições do tratado de limites entre os dois países ficando exclusivamente para si o caminho marítimo para a Índia; mas Castela pretendia vantagens de outra ordem, completamente fiados os seus

soberanos nas afirmações de Cristóvão Colombo. (vd. «Legitimidade no Direito de Portugal às terras descobertas, o Tratado de Tordesilhas», Congresso do Mundo Português, Vol. III, 687).

¹⁰⁰ Herrera comentou assim esta embaixada: «E tratando sobre esta pretensão propunham que seria bom meio que o mar Oceano se partilhasse entre as duas Coroas por nessa linha tomada desde as Canárias contra o Poente, por rumos e linha direita, e que todos os mares, ilhas e terras, desde aquela linha direita ao Poente, até ao Norte, fossem dos reinos de Castela e de Leão, fora as ilhas que então possuía o rei de Portugal naquela parte; e que todos aqueles mares, ilhas e terras restantes, que se achassem desde aquela linha, para o meio-dia, fossem do rei de Portugal, salvo as Canárias, que eram da Coroa de Castela.» Como se tratava de terras que não eram as de África, mas das que se achavam distantes daquelas já descobertas por Colombo, seriam, portanto, terras a ocidente de África. Como se desconhecia em Castela a existência de um continente austral pensavam os Reis Católicos que se tratava de algumas das quase lendárias ilhas das Especiarias, situadas no ignoto Extremo-Oriente.

Jaime Cortesão, no Capítulo III, em *A Política de Sigilo nos Descobrimientos*, fornece-nos a informação adicional necessária à compreensão do assunto, que afinal consolida a tese do descobrimento pré-colombino da América pelos navegadores portugueses:

«Como haveriam os conselheiros ou técnicos dos Reis Católicos chegado a essa conclusão? (que D. João II descobriu uma «terra firme» em frente de África). Pelas conversas com os Portugueses, «en la plática que con ellos se ha habido», e conversas certamente relacionadas com uma ou outra das linhas de demarcação.

Ora, com efeito, o meridiano traçado a 100 léguas de qualquer das ilhas dos Açores ou Cabo Verde, sabido que a ilha das Flores, a mais ocidental do primeiro daqueles arquipélagos, está colocada mais 6° a oeste da ilha de Santo Antão, a mais ocidental de Cabo Verde, incluía na zona portuguesa uma faixa do Nordeste brasileiro.

Aqui surgem dois novos conceitos extremamente singulares: a hipótese da existência de um continente tão próximo de África e a precisão de que estava situado a menos de 100 léguas de um meridiano que passasse pela ilha das Flores.»

¹⁰¹ Vd. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Vol. I, p. CXII, onde está publicada a carta transcrita.

¹⁰² Cortesão (Jaime), *Os Descobrimentos pré-colombinos dos Portugueses*, pp. 320 a 322.

¹⁰³ O tratado de Tordesilhas encontra-se também publicado nos «Anaes da Academia de História», II Série, Vol. I, 243-254 e anexo ao volume da *Crónica de El-Rei D. João II*, de Rui de Pina, ed. da Atlântida-Coimbra, com prefácio e notas de Alberto Martins de Carvalho.

¹⁰⁴ Parece aqui demonstrado que ambas as partes haviam já encontrado ou esperavam encontrar ilhas e um continente, na região da demarcação, e na eventualidade acautelavam o necessário procedimento. Efectivamente, mais ao sul de Cabo Verde, se se tivesse levado a cabo alguma vez a expedição projectada, ter-se-ia topado com o continente e demarcado a fronteira do que viria a ser o Brasil. Porém o problema só viria a surgir no século XVI.

¹⁰⁵ Vd. Anexo.

¹⁰⁶ Vd. Anexo.

¹⁰⁷ Joaquim Bensaúde, in «Anais da Academia Portuguesa de História», II Série, I Vol., pp. 204 e segs., tem um importante estudo sob o título *O Tratado de Tordesilhas*, onde explica os antecedentes e faz afirmações que convém reproduzir. Afirma que se o plano da conspiração do duque de Viseu contra D. João II tivesse vingado, em 1484, todo o plano das Índias teria sido realizado pelos Reis Católicos.

¹⁰⁸ Gago Coutinho, *A Náutica dos Descobrimentos*, I, p. 326.

¹⁰⁹ João de Barros, *Décadas* — Livro IV da *Década I*, Cap. I.

¹¹⁰ Id., id.

¹¹¹ Id., id.

¹¹² Álvaro Velho, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, ed. com prefácio, notas anexas, de A. Fontoura da Costa, p. 3.

¹¹³ No seguimento deste estudo da viagem de Vasco do Gama socorrer-nos-emos do *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*, atribuído a Álvaro Velho, publicação prefaciada e anotada por A. Fontoura da Costa e editada pela Agência-Geral do Ultramar, do Livro IV da *Década I* de João de Barros, e dos valiosos estudos de Gago Coutinho e Damião Peres, que pelo seu carácter complexo e exaustivo não consentem comentários.

¹¹⁴ Álvaro Velho, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, ed. com prefácio, notas anexas de A. Fontoura da Costa, p. 4.

¹¹⁵ Id., id., p. 5.

¹¹⁶ Álvaro Velho, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, ed. com prefácio, notas anexas, de A. Fontoura da Costa, p. 5.

¹¹⁷ Id., id., ib.

¹¹⁸ Id., id., ib.

¹¹⁹ João de Barros, *Décadas*, Livro IV, da Década I, Cap. II.

¹²⁰ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto V, Estância 9.

¹²¹ Gago Coutinho, *A Náutica dos Descobrimentos*, I, p. 336.

¹²² *A Náutica dos Descobrimentos*, ed. de 1951 da Agência-Geral do Ultramar.

¹²³ *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, capítulo da autoria do prof. Mário de Albuquerque, Cap. V, pp. 67 a 70.

¹²⁴ «Anais da Junta de Investigações do Ultramar», 1953, Volume VIII, Tomo I, p. 111.

¹²⁵ Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, Vol. II. O Cap. I (O Planisfério de Cantino), pgs. 11 a 32 constitui uma fonte preciosa de informação a respeito deste monumento.

¹²⁶ Vd. Cap. VI, nota 45.

¹²⁷ «Anais da Junta de Investigações do Ultramar», 1953, Volume VIII, Tomo I, p. 111.

¹²⁸ In *Colección general de documentos relativos a las islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias*, Vol. V.

¹²⁹ Id., id.

¹³⁰ Os documentos contemporâneos que dizem respeito à armada cabralina, assim se compendiam:

1 — Carta régia de 15/2/1500 da nomeação de Pedro Álvares Cabral para capitão-mor da armada (F. T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 13.º fol. 10);

2 — Borrão original da primeira folha das Instruções de Vasco da Gama para a viagem de Pedro Álvares Cabral (nem local, nem data) ;

3 — Borrão original de algumas folhas das instruções régias (Regimento real), dadas a Cabral para a sua viagem (nem local, nem data) ;

4 — Borrão original das instruções régias adicionais, sob a forma de carta, dadas a Cabral para a sua viagem (nem local, nem data);

5 — Carta régia para o rei de Calecute, de 1 de Março de 1500. Enviada por Cabral;

6 — Carta de achamento do Brasil, de Pêro Vaz de Caminha, de 1/5/1500, escrita em Porto Seguro da Ilha de Vera Cruz;

- 7 — Carta de Mestre José, da mesma data e lugar, dirigida a D. Manuel;
- 8 — Carta de Américo Vespúcio para Lourenço de Médicis, de 4/6/1501, de Beseguiche;
- 9 — Carta de Giovanni Francesco de Afaitadi a Domenico Pisani, em Veneza, de 26/6/1501, escrita de Lisboa;
- 10 — Carta de Giovanni Matteo Cretico à Senhora de Veneza, de 27/6/1501, escrita de Lisboa;
- 11 — Duas cartas de Bartolomeu Marchioni para Florença, de Junho e Julho de 1501, escritas de Lisboa;
- 12 — Três cartas de Ângelo Trevisan a Domenico Malipiero, em Veneza, também de 1501;
- 13 — Carta de D. Manuel aos Reis Católicos, de 28/8/1501;
- 14 — Diário de Girolamo Priuli (Veneza);
- 15 — Diário de Marino Sanuto (Veneza);
- 16 — Relação do Padre José, indiano que veio com Pedro Álvares Cabral;
- 17 — Relação de Cá Masser, de Veneza, 1505;
- 18 — *Relação do piloto anónimo*.
- ¹³¹ Gago Coutinho, *A Náutica dos Descobrimentos*, Vol. II, p. 55.
- ¹³² Id., pp. 56-7.
- ¹³³ Carta para D. Manuel, de Pêro Vaz de Caminha, publicada no Vol. V de *As Gavetas da Torre do Tombo*, p. 706.
- ¹³⁴ Peres (Damião), *História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 404-5.
- ¹³⁵ Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, Vol. I, p. 537.
- ¹³⁶ *Os Sete Únicos Documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, p. 66.
- ¹³⁷ Gago Coutinho, *A Náutica dos Descobrimentos*, Vol. II, p. 58.

BIBLIOGRAFIA

- ALBA Y BERWICH, Duquesa de, *Autógrafos de Colón y Papeles de América*, Madrid, 1892.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, VI Volume, 1922-9.
- ALTOLAGUIRRE Y DUVALE, Angel de, *Cristobal Colón y Pablo del Pozzo Toscanelli*, Madrid, 1903.
- ANGLERIA, Pedro d', *Décadas del Nuevo Mundo*, Buenos Aires, 1944.
- ARBMAN, Holger, *Os Vikings*, Lisboa, 1967.
- ARCO, Ricardo del, *Fernando el Católico, Artífice de la España Imperial*, edc. Madrid, 1939.
- ASCENSO, José Maria, *Vida de Colón (introducción); Cristóbal Colón — Su vida, sus viajes, sus descubrimientos*, Barcelona, 1891.
- AZEVEDO, Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1947.
- AZURARA, Gomes Eannes de, *Crónicas*, Paris, 1934.
- AYALA, Francisco Javier de, *Autógrafos de Colón — América y la Evolución de las Ideas Políticas* — Revista «Arbor», Madrid, n.º 8, Tomo III, 1945.
- BAIÃO, António, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dirigida por Hernâni Cidade e Manuel Múrias, Lisboa, 1937-39.
- BALLESTEROS BERETTA, António, *Cristóbal Colón y el Descubrimiento de América*, tomos IV e V da *História de América y de los pueblos americanos*, Barcelona, 1945.
- IDEM, *Figuras Imperiales*, Colecção «Austral», n.º 677.
- BARROS, João de, *Da Ásia de e de Diogo Couto*, Nova Edição oferecida a Sua Magestade, a Rainha Fidelíssima, Lisboa, 1778.
- BENSAUDE, Joaquim, *Histoire de la Science Nautique Portugaise*, Collection de documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la Republique Portugaise, Munique, 1915.

- IDEM, *Lacunes et Surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930.
- BENSAÚDE, Joaquim, *O Tratado de Tordesilhas*, in «Anais da Academia Portuguesa de História», 2.ª Série, Vol. I, pp. 204 e segs.
- BERNÁLDEZ, André, *História de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, Sevilha, 1870.
- BIGGAR, H. P., *Les Précurseurs de Jacques Cartier, 1497-1534*, Otava, 1913.
- BOUVIER, Gilles de, *Le Livre de la Description des Pays*, Paris, 1918.
- BRAZ, Henrique, *Descobertas pré-Colombinas de Terras da América (João Vaz Côrte-Real e Alvaro Martins Homem)*, Angra do Heroísmo, 1944.
- BRAZÃO, Eduardo, *A Descoberta da Terra Nova*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1964.
- IDEM, *Os Cortes Reais e o Novo Mundo*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1965.
- BREBNER, J. B., *The Explorers of North America*, Londres, 1933.
- BURÓN, Edmond, *Pierre d'Ailly, «Imago Mundi»*, Paris, 1930.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Porto, ed. de Emanuel Paulo Ramos, s/d.
- CAMINHA, Pêro Vaz de, Carta de in *História da Colonização do Brasil*, II vol., S. Paulo, 1943.
- CAMPOS, Viriato de, *Viagens de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias*, Lisboa, 1966.
- CARBIA, Rómulo D., *El Problema del descubrimiento de America desde del punto de vista de la valoración de sus fuentes*, Sevilha, 1935.
- CARRERAS I VALLS, R., *La Descoberta d'America (Ferrer, Cabot i Colón)*, Reus, 1928.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *Descobrimento e Conquista da Índia*, Coimbra, 1928.
- COLL, José, *Colón y la Rábida*, Madrid, 1898.
- COLÓN, Hernando, *Vida del Almirante Don Cristóbal Colón*, México, 1947.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Lisboa, 1885-1886.
- CORTESÃO, Jaime, *Terra Nova em 145*, in «Arquivo Histórico da Marinha», Lisboa, 1933-36.
- IDEM, *África Nostra, III, o âmbito da Obra do Infante*, «Boletim da Agência Geral do Ultramar», Lisboa, 1926.
- IDEM, *A Viagem de Diogo de Teive e de Pedro Vasques de la Frontera em 1452*, in «Arquivo Histórico da Marinha», 1933-36.
- IDEM, *Os Descobrimientos Pré-Colombinos dos Portugueses*, ed. da Livraria Portugália, Vol. VIII, Lisboa s/d.
- CORTESÃO, Jaime, *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, ed. da Livraria Portugália, Vol. V. Lisboa, s/d.
- COELHO, José Ramos, *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, 1892.

- COSTA, A. Fontoura da e BAIÃO, António, *Os Sete Únicos Documentos de 1500 Conservados em Lisboa referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, 1940.
- COSTA, A. Fontoura da, *A Marinbaria dos Descobrimentos*, Lisboa, 1960.
- COLOMBO, Cristóvão, *Las Quatro Viajes del Almirante y su Testamento*, col. Austral, n.º 633.
- PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943.
- IDEM, *História de Portugal*, ed. orientada por, Barcelos, Portucalense Editora, 1931 e segs. 8 tomos.
- D'AZEVEDO, A. J. da Silva, *Américas, um Corolário de Sagres*, Lisboa, 1964.
- De los Pleitos de Colón*, Edição preparada por Oreión, Perez-Embid, Morales Padrón e Calderón Quijano, Sevilha, 1964, Escola de Estudos Hispano-Americanos.
- DIAS, Carlos Malheiro, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, 1921-4.
- Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Período de los Reyes Católicos*, ed. preparada e anotada por António de la Torre e Luiz Suarez Fernandez, Valhadolid, 1958.
- DUARTE, Leite, *Os Falsos Precursores de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, ed. da Livraria Portugália, Lisboa, 2.ª ed., s/d.
- IDEM, *Roteiro da 1.ª Viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- DURO, Cesário, *Colón y Pinzón*, Madrid, 1892.
- ERRERA, Carlo, *Noli, António da (Antonietto Usodimare)*, Enciclopédia Italiana, XXIV, Milão, 1934.
- Exploradores y Conquistadores de Indias*, Vol. ed. pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1964.
- FERNANDEZ, Luiz Suarez, *Política Internacional de Isabel la Católica. Estudio y documentos*, Valhadolid, 1966.
- FERNANDEZ, Duro Cesário, *Viaje por España, Portugal y Costa de África en el siglo XV*, «Boletín de la Academia de Historia», Tomo 32, 1898.
- FERNANDEZ DE NAVARRETE, Martín, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV, con varios documentos inéditos concernientes a la historia de la marina castellana y de los descubrimientos españoles*, Buenos Ayres, 1945.
- FIGANIER, Joaquim, *História de Santa Cruz de Cabo Gué*, Agência Geral do Ultramar, 1945.
- FLOREZ, Manuel Lopez, *Colón no descubrió América*, Madrid, 1964.
- FONSECA, Faustino da, *A Descoberta do Brasil*, Lisboa, 1960.

- FRAMIS, R. Majo, *Vida de los Navegantes, Conquistadores y Colonizadores Españoles de los siglos XVI, XVII e XVIII*, Tomo I, *Navegantes*, Madrid, 1962.
- GAGO COUTINHO, *A Náutica dos Descobrimentos*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1951-2.
- GALVÃO, António, *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, s/d.
- GARCIA GALLO, *Las Bulas de Alejandro VI y el Ordenamiento Jurídico de la Expansión Portuguesa y Castellana en Africa y India*, Madrid, 1958.
- Gavetas da Torre do Tombo (As)*, Volumes editados pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960 a 1967.
- GALLOIS, Lucien, *Toscanelli et Cristóbal Colón*, Paris, 1902.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1955.
- GOMARA, Francisco Lopez de, *História General de las Indias con todo el Descubrimiento y cosas notables que han acaecido desde que se ganaron ata el año de 1511*, Barcelona, 1965.
- GREENLEE, W. B., *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India*, Londres, 1937.
- GUILLEN, Julio, *El primer viaje de Cristóbal Colón*, Instituto Histórico de Marina, Madrid, 1943.
- GUIMENEZ FERNANDEZ, Manuel, *Nuevas consideraciones sobre la Historia y el sentido de las Letras Alejandrinas de 1493, referentes a las Indias*, «Anuario de Estudios Americanos», Sevilla, 1944.
- IDEM, *Algo más sobre las bulas Alejandrinas de 1493 referentes a las Indias*, «Anales de la Universidad Hispalense», año 8.º, 1945, n.º 3.
- IDEM, Idem, año 9.º, 1946.
- GUIMENEZ SOLER, Andrés, *La Edad Média en la Corona de Aragón*, Barcelona, 1941.
- HARRISSE, Henry, *The discovery of North America: A critical documentary and historic investigation with an essay on the early Cartography of the New World*, Paris, 1893.
- IDEM, *Cristophe Colomb, son origine, sa vie, ses voyages, sa famille et ses Découvertes*, Paris, 1884.
- IDEM, *Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve*, Paris, 1900.
- HERRERA, António, *Historia de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del mar Oceano*, Academia de la Historia, Madrid, 1934-36.
- IRVING, Washington, *History of the voyages of Columbus*, Londres, 1928.
- JOS, Emiliano, *La Génesis colombina del Descubrimiento*, «Revista de Historia de América», México, n.º 14, 1942.
- LARSEN, Sofus, *The Discovery of North America twenty years before Columbus*, Londres, 1925.
- LAS CASAS, Bartolomeu de, *Historia General de las Indias*, México, 1965.

- LEITE, Humberto e LOPES, Vicente, *Dicionário de Linguagem da Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, 1963.
- LETURIA, Pedro, *Las grandes bulas misionales de Alejandro VI*, Barcelona, 1930.
- LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos*, Colectânea de esparços organizada por V. Magalhães, Lisboa, 1960.
- LIMA, Manuel Baptista de, *Deux voyages portugais de découverte dans l'Atlantique Occidentale*, in «Bulletin des Études Portugaises», Institut Français au Portugal, Tomo II, Fasc. I, 1945.
- LOPES, F. Fernandes, *Os Irmãos Corte-Real*, Lisboa, 1957.
- LUCENA, Vasco Fernandes de, *Oração de Obediência*, in «Às Portas da Índia em 1484», de Fontoura da Costa, Lisboa, 1936.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana, História, Crítica e Cronológica*, Lisboa, 1741-1759.
- MADARIAGA, Salvador de, *Cristopher Columbus, being the life of the Very Magnificent Lord don Cristóbal Colón*, Londres, 1939.
- MAGALHÃES GODINHO, Vitorino, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1945.
- IDEM, *Dúvidas e Problemas acerca de algumas teses da Expansão*, Lisboa, 1943.
- MAGNANI, Alberto, *Percursori di Colombi?*, Roma, 1935.
- MANZANO MANZANO, Juan, *El Derecho de la Corona de Castilla al Descubrimiento y conquista de las islas de Poniente*, «Revista de Indias», n.º 9, Madrid, 1943.
- MARKAM, Clement, *The Letters of Amérigo Vespucci*, Londres, 1894.
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, 1964.
- MENENDEZ PIDAL, Ramon, *La lengua de Cristóbal Colón*, Col. Austral. *El Padre Las Casas y Vitória*, Col. Austral. *Imagen del Mundo hacia 1570 según noticias del Consejo de Indias y de los tratadistas Españoles*, Lisboa, 1944.
- MORAL PADRON, Francisco, *História del Descubrimiento y Conquista de América*, Madrid, 1963.
- MORRISON, Samuel Eliot, *Portuguese Voyages to America in the XV Century*, Cambridge, 1940.
- MÚRIAS, Manuel, *Legitimidade do Direito de Portugal às Terras Descobertas, o Tratado de Tordesilhas*, in «Actas do Congresso do Mundo Português», III Vol., 1940.
- MURO OREJON, António, *Cristóbal Colón: el original de las capitulaciones de 1492 y sus cópias contemporáneas*, Madrid, 1963.
- NAVARRETE, Fernando Martin, *Collecion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde los fines del siglo XV*, Madrid, 1825-37.

- NUNN, G. E., *The Geographical Conceptions of Columbus*, Nova Iorque, 1924.
- OLESON, Thyggvi, *Early Voyages and Northern Approaches*, Toronto, 1963.
- ORUELLA, Agostinho de, *Memória sobre a Residência de Cristóvão Colombo na Ilha da Madeira*, Lisboa, 1892.
- OVEIRO, Andres, *Isabel la Católica*, Madrid, 1951.
- PALENCIA, Alonso de, *Crónica de Enrique IV y Crónica de los Reyes Católicos*, Madrid, 5 Volumes, 1904-1909.
- PARRY, J. H., *Los Descubrimientos Geográficos, 1450-1620*, Madrid, 1964.
- IDEM, *Europa y la exploración del Mundo*, México, 1962.
- PERAGALLO, Prospero, *Cristoforo Colombo in Portogall*, Génova, 1892.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1905.
- PEREYRA, Carlos, *História de la América Española*, Tomo I, Madrid, 1920.
- IDEM, *La Conquista de las rutas Oceánicas*, Madrid, 1933.
- PIMENTA, Alfredo, *Subsídios para a História de Portugal (Texto e Juízos Críticos)*, Lisboa, 1937.
- PIMPÃO, A. J. da Costa, *A Historiografia Oficial e o Sigilo sobre os Descobrimientos*, 1938.
- PINA, Rui de, *Crónica de El Rei D. João II*, Coimbra, 1950.
- PRESTAGE, Edgard, *The Portuguese Pioneers*, Londres, 1933.
- PULGAR, Fernando del, *Crónica de los Reyes Católicos*, Espasa Calpe, Madrid, 1943.
- QUINCI, Alicia B. Gould, *Nueva lista documentada de los tripulantes de Colón en 1492*, in «Boletim de Academia de História», n.º 85 e 86, de 1924 e 1926, n.º 90, de 1927, n.º 92, de 1929, n.º 110, de 1937-41, n.º 111, de 1942 e n.º 115 de 1944.
- RAMOS COELHO, José, *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, 1892.
- RAVENSTEIN, E. G., *A Journal of the first voyage of Vasco da Gama*, Londres, 1898.
- REPARAZ, Gonzalo de, *História de los descubrimientos españoles y portugueses*, Barcelona, 1931.
- REIS, Jaime Batalha, *Estudos Geográficos e Históricos* (colectânea póstuma), Lisboa, 1941.
- RIBEIRO, Patrocínio, *A Nacionalidade Portuguesa de Cristóvão Colombo*, Lisboa, 1927.
- RONCIÈRE, Charles de la, *La Carte de Christophe Colombo*, Paris, 1924.
- SERPA, António Ferreira de, *A Nacionalidade Portuguesa de Cristóvão Colombo*, «Revista de Arqueologia», 1934-36.
- SILVA MARQUES, João Martins da, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história*. I. A. C., Lisboa, 1942.

- SILVA, Luciano Pereira da, *Duarte Pacheco Pereira precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Vol. I, 1921.
- SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real*, Lisboa, 1739-1748.
- SOUSA VITERBO, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos Sécs. XVI e XVII*, Lisboa, 1900.
- SOLDEVILA, *História de España*, Vols. II e III, Barcelona, s/d.
- SOARES DA SILVA, *Memórias para a História de Portugal*, Lisboa, 1730.
- SUMIEU, *La Correspondance du Savant florentin Paolo de Pozzo Toscanelli avec Christophe Colombe*, Paris, 1927.
- STADTMULLER, Georg, *História del Derecho Internacional Público*, Madrid, 1961.
- ULLOA, Luis, *El Predescubrimiento...*, Paris, 1928.
- VALERA, Mosén Diego, *Crónica de los Reyes Católicos*, in «Revista de Filología Española», Madrid, 1927.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de, *Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pedro Lopes de Sousa*, Lisboa, 1839.
- IDEM, *História Geral do Brasil*, Madrid, 1845-1857.
- VIGNAUD, Henry, *Histoire de la Grande Entreprise de Christophe Colomb*, 2 Vols., Paris, 1911.
- IDEM, *La Lettre et la carte de Toscanelli sus la coute des Indes pour l'Ouest*, Paris, 1901.
- VISCONDE DE SANTARÉM, *Prioridade dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1958.
- IDEM, *Memória sobre a prioridade dos Descobrimientos Portugueses na Costa d'África occidental*, Paris, 1841.
- IDEM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias*, Paris, 1842.
- VERLINDEN, Charles e PEREZ EMBID, Florentino, *Cristóbal Colón y el Descubrimiento de America*, Madrid, 1967.
- VISCONDE DA LAGOA, «Anais da Junta de Investigação do Ultramar», Vol. 8.º, Tomo I, 1953.
- ZURITA, Jerónimo de, «Anales de la Corona de Aragón», Tomo V, Saragosse, 1610.